



# RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

## ANO BASE 2022



Assinado com senha por JOSÉ POMPEU DOS MAGALHÃES BRASIL FILHO, CARLOS ROBERTO SANTOS e MARCELO MORAES DE OLIVEIRA em 25/05/2023 14:59:28.  
Documento Nº: 148760.818582-3408 - consulta à autenticidade em  
<https://sigonav.infraero.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=148760.818582-3408>



SEDEADM202300888V01

## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>2</b>
<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE</b> .....	<b>3</b>
<b>1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO</b> .....	<b>5</b>
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA NAV BRASIL.....	5
1.2 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA.....	5
1.3 BASE NORMATIVA.....	5
1.4 CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA.....	5
1.5 ABRANGÊNCIA.....	7
1.6 REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS PRESTADOS.....	8
1.7 CENÁRIO ECONÔMICO.....	8
1.8 RELAÇÃO COM OS DESTINATÁRIOS DOS SERVIÇOS PRODUZIDOS.....	10
1.9 REGULAÇÃO E CONTROLE.....	10
<b>2 ESTRATÉGIA, GOVERNANÇA E DESEMPENHO</b> .....	<b>11</b>
2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	11
2.2 CADEIA DE VALOR.....	12
2.3 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	13
2.4 AÇÕES ESTRATÉGICAS.....	14
2.5 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	16
2.6 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	17
2.7 RESULTADOS E AVALIAÇÃO DA GESTÃO.....	18
2.7.1 Cálculo do Indicador de “Segurança Operacional”.....	18
2.8 NAV EM NÚMEROS.....	19
<b>3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS</b> .....	<b>19</b>
3.1 ESTRUTURAS DE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	19
3.2 FATORES DE RISCO.....	21
<b>4 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GESTÃO</b> .....	<b>22</b>
4.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	22
4.2 GESTÃO DE CUSTOS.....	24
4.3 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.....	25
4.4 GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA.....	26
4.5 GESTÃO DE PESSOAS.....	27
• ESTRATIFICAÇÃO DOS EMPREGADOS.....	29
• AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	30
• FUNDO DE SEGURIDADE.....	32
4.6 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	32
4.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	34
• PROGRAMA SIRIUS.....	35
• INFORMAÇÕES AERONÁUTICAS EM FORMATO DIGITAL.....	35
• TECNOLOGIA SUSTENTÁVEL.....	35
• CÓDIGO DE ÉTICA, CONDUTA E INTEGRIDADE.....	35
• INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL.....	35
<b>5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO</b> .....	<b>36</b>
5.1 INDICADORES DE DESEMPENHO E LUCRATIVIDADE.....	36
5.2 RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS.....	38
5.3 DESPESAS DE PESSOAL.....	39
5.4 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS.....	40
5.5 PROVISÕES, GANHOS E PERDAS.....	40
5.6 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS).....	41



5.7	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	45
•	CONTEXTO OPERACIONAL .....	45
•	BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	46
•	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS .....	47
•	NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES CONTÁBEIS .....	57
•	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA .....	57
5.8	CONTAS A RECEBER.....	58
	COMPOSIÇÃO DO CONTAS A RECEBER .....	58
5.9	ESTOQUES .....	59
5.10	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES .....	60
A)	TRIBUTOS A RECUPERAR .....	60
B)	TRIBUTOS A RECOLHER .....	60
5.11	DESPESAS ANTECIPADAS.....	60
5.12	IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	61
5.13	PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS .....	62
5.13.1	PROCESSOS JUDICIAIS PROVISIONADOS .....	64
5.13.2	PROCESSOS JUDICIAIS NÃO PROVISIONADOS .....	64
5.13.3	DEPÓSITOS RECURSAIS E JUDICIAIS .....	65
5.14	FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	65
5.15	ENCARGOS TRABALHISTAS .....	65
5.16	RECURSOS A PAGAR.....	66
5.17	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	66
5.18	PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	66
5.19	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA .....	68
5.20	DESPESAS POR NATUREZA .....	69
5.21	BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	70
5.21.1	PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR .....	70
5.21.2	PROGRAMA AUXÍLIO SAÚDE – PAS .....	73
5.22	PARTES RELACIONADAS .....	75
5.22.1	PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA PATROCINADO.....	75
5.22.2	REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO .....	75
5.22.3	RECURSOS DA UNIÃO RECEBIDOS EM TRANSAÇÃO NÃO FORMALIZADA.....	75
5.22.4	TRANSAÇÕES COM A INFRAERO.....	76
5.22.5	TRANSAÇÕES COM O COMANDO DA AERONÁUTICA .....	76
5.23	INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	76
5.24	RECURSOS DA UNIÃO RECEBIDOS EM TRANSAÇÕES NÃO FORMALIZADA .....	77
5.25	REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS.....	78
5.26	IMPOSTOS DIRETOS, CORRENTE E DIFERIDO .....	78
5.27	OUTRAS RECEITAS .....	80
5.28	RESULTADO FINANCEIRO .....	80
<b>6</b>	<b>PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE .....</b>	<b>81</b>
<b>7</b>	<b>MANIFESTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>81</b>
<b>8</b>	<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL.....</b>	<b>82</b>
<b>9</b>	<b>ASSEMBELIA GERAL ORDINÁRIA.....</b>	<b>82</b>



## MENSAGEM DO PRESIDENTE



Como poder-se-á identificar nos dados que apresentaremos a seguir, apesar do considerável desafio de desenvolver ações voltadas para o incremento da capacidade operacional da Empresa na execução de sua atividade-fim, enquanto ainda se fazia necessário estruturá-la, posto que tão recentemente constituída, conseguimos alcançar resultados significativos, no ano de 2022.

Acrescente-se que o desafio era ainda potencializado pelo reduzido efetivo administrativo para fazer frente a tão desproporcional demanda. Uma condição já prevista e, de certa forma, mitigada pela previsão legal de apoio administrativo pela Infraero, mediante contrato (art. 19 da lei 13.903), mas que, por mais compreensível que pudesse ser, frustrava nossas ambiciosas expectativas por ações em prol das tão necessárias recuperação e modernização de instalações e sistemas.

Assim, gostaria de expressar, aqui, o nosso reconhecimento pelo excepcional trabalho desenvolvido pela laboriosa equipe que compõe esta administração. Profissionais que, com inquestionável esforço e competência, souberam gerenciar, com maestria, os encargos de rotina de suas áreas e as necessidades de estruturação organizacional, dedicando-se, ainda, ao aperfeiçoamento de processos e a ações voltadas ao investimento no desenvolvimento da NAV Brasil.

Cumpramos ressaltar, também, o excepcional desempenho do Conselho de Administração, que, estabelecido quando do nascimento da companhia, incorporou um diferenciado “sentimento de pertencimento” e, fazendo uso de distintas expertises que, oportunamente, se complementavam, produziu decisões estratégicas sensatas e proativas, sempre rigidamente baseadas na ética e na lei. Uma atuação extremamente profissional, em um ambiente de cortesia e camaradagem, que muito contribuiu para estimular o vultoso esforço desenvolvido por toda a administração em prol dos Objetivos Estratégicos estabelecidos no Plano de Negócios e Planejamento Estratégico.

Neste mister, é preciso afirmar que conseguimos alcançar, com sucesso, o primeiro Objetivo Estratégico estabelecido para 2022 – a “Constituição da Empresa”, que, no documento de 2023, já pôde ser ajustado para “Adequação da Estrutura Organizacional”, melhor expressando a nova realidade.



Nosso segundo Objetivo Estratégico, a “Perenidade da Condição de Empresa Pública Não Dependente” foi, da mesma forma, atingido com êxito, muito embora sendo necessário repeti-lo em todos os planejamentos futuros, posto tratar-se de um “Objetivo Permanente” da Administração.

Por fim, o “Incremento da Capacidade Operacional”, nosso terceiro e não menos importante Objetivo Estratégico, apesar das muitas ações já desenvolvidas e que serão a seguir enumeradas por cada Diretoria, no item 4, “Principais Fatos Administrativos”, seus mais efetivos resultados somente se tornarão evidentes com o passar do tempo. No entanto, tenho certeza de que, com a administração estruturada e grande parte das demandas decorrentes do processo de cisão devidamente atendidas, passaremos, a partir de agora, a uma produção em ritmo cada vez mais intenso. São exemplos disso, os contratos já firmados na área de suporte logístico de equipamentos e sistemas, e para a armazenagem e gestão de suprimento técnico; as obras de recuperação das instalações iniciadas em diversas DNB; o retorno da participação de nossos profissionais em treinamentos e cursos de aperfeiçoamento; a já concluída adequação das instalações da Administração Central; a aquisição de equipamentos e sistemas dedicados ao controle de tráfego aéreo (VHF e gravadores); a aquisição de mobiliário, computadores e aparelhos condicionadores de ar para diversas DNB; e tantas outras iniciativas que nos permitem a convicção de que, com o espírito de corpo, o profissionalismo e a dedicação que a equipe vem demonstrando, estamos, de fato, construindo a empresa que todos sonhamos e que a sociedade brasileira merece.

José Pompeu dos Magalhães Brasil Filho  
Presidente da NAV Brasil



## 1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

### 1.1 Identificação da NAV Brasil

A NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S/A é uma empresa pública brasileira, exclusivamente dedicada à provisão de serviços de navegação aérea que, devido às características da estrutura integrada do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, atua de forma complementar à manutenção da soberania sobre o espaço aéreo brasileiro, tendo conseqüentemente, interesse estratégico para a segurança nacional.

A companhia emprega um modelo de gestão resultante do compromisso do poder público com a excelência na prestação dos Serviços de Navegação Aérea, cujas atividades são custeadas pela arrecadação de tarifas decorrentes do provimento desses serviços.

### 1.2 Composição Acionária

Como empresa pública federal, tendo a União como único acionista, detentora de 100% do capital da empresa, por intermédio da Procuradoria-Geral da Fazenda (PGFN), a NAV Brasil se constitui não-dependente de recursos do Tesouro Nacional. Não possui ações no mercado de capitais e nem participa em outras sociedades.

### 1.3 Base Normativa

As principais normas direcionadoras da atividade da NAV Brasil correspondem às Leis nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas) e 13.903/2019 (Lei de criação da NAV Brasil), sem deixar de mencionar o Estatuto Social da Empresa.

### 1.4 Caracterização dos Serviços de Navegação Aérea

Os serviços de navegação aérea podem ser subdivididos em Serviços de Tráfego Aéreo (ATS), de Telecomunicações Aeronáuticas (COM), de Meteorologia Aeronáutica (MET) e de Informações Aeronáuticas (AIS).

Todas essas atividades são reguladas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) por meio das Instruções do Comando da Aeronáutica (ICA) nºs 100-37, 100-16, 105-2 e 53-8, disponíveis na página do órgão na Internet, pelo link [www.sislaer.fab.mil.br](http://www.sislaer.fab.mil.br).



## TRÁFEGO AÉREO

- Informação de voo
- Alerta
- Assessoramento de tráfego aéreo
- Controle de tráfego aéreo

## TELECOMUNICAÇÕES AERONÁUTICAS

- Serviço fixo aeronáutico
- Serviço móvel aeronáutico
- Radio navegação aeronáutica
- Radiodifusão aeronáutica

## METEOROLOGIA AERONÁUTICA

- Informações decorrentes da observação, vigilância e previsão meteorológicas

## INFORMAÇÕES AERONÁUTICAS

- Informações e dados aeronáuticos necessários ao planejamento de voo

Para tanto, dispõe da seguinte infraestrutura operacional:



Figura 1. Serviços de Navegação Aérea providos pela NAV Brasil.





## 1.5 Abrangência

Com o compromisso de atender ao interesse coletivo e aos imperativos da segurança nacional, a NAV Brasil presta Serviços de Navegação Aérea em 43 aeródromos brasileiros (Dependências da NAV Brasil - DNBs)<sup>1</sup> em 23 estados do Território Brasileiro; dispõe de 2 centros de meteorologia aeronáutica responsáveis por realizar a previsão meteorológica para 80% (oitenta por cento) dos aeroportos brasileiros; efetua o trâmite de informações aeronáuticas em redundância ao serviço provido pelo Comando da Aeronáutica; e opera 25 equipamentos de auxílio à navegação em rota DME em localidades isoladas de aeródromos (Estações da NAV Brasil - ENB), conforme a seguinte distribuição geográfica:

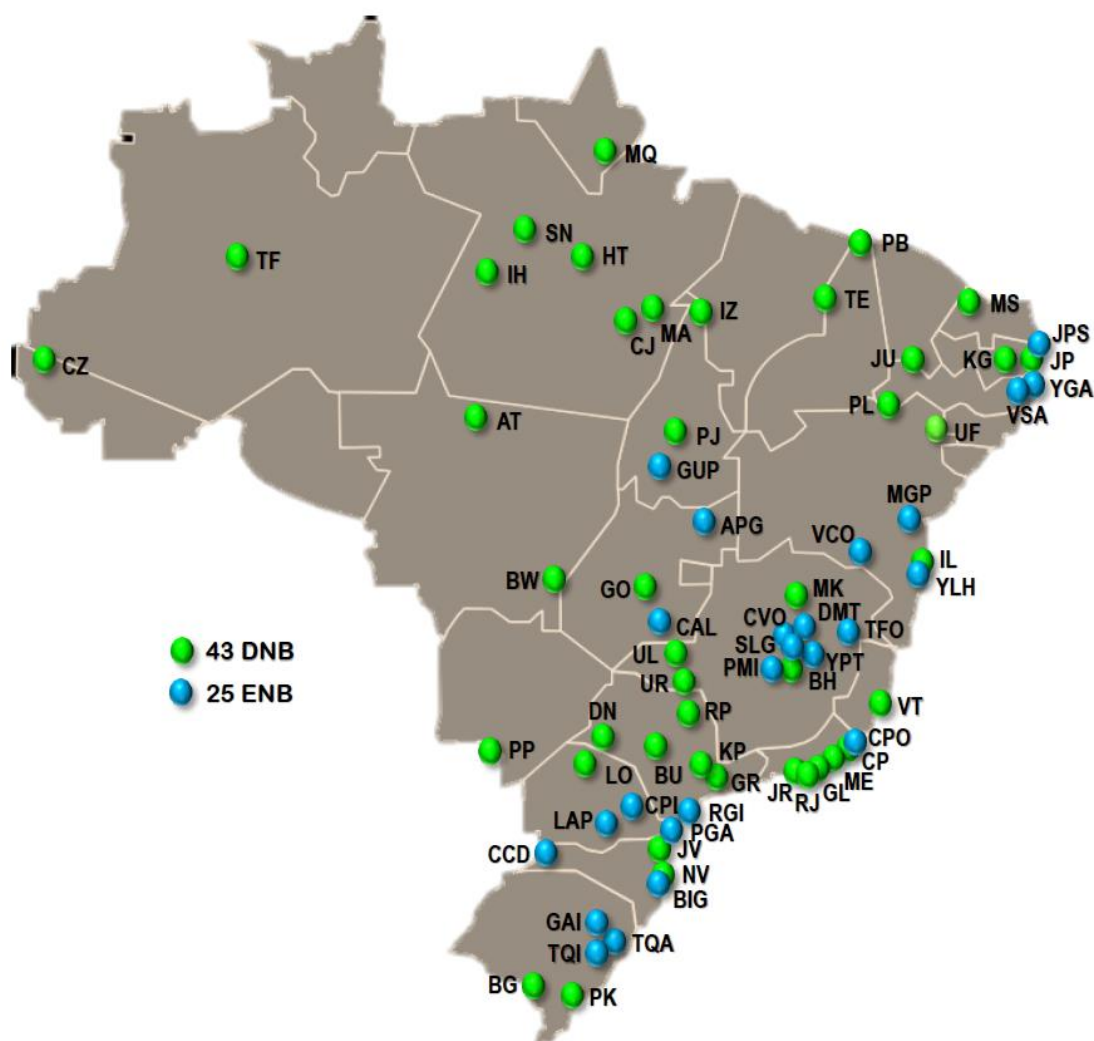


Figura 2. Distribuição geográfica das DNB e ENB.

<sup>1</sup> Dado atualizado em janeiro de 2023.





## 1.6 Remuneração pelos Serviços Prestados

Sob o ponto de vista da geração de receitas pela contraprestação dos serviços prestados pela NAV Brasil, as tarifas, reguladas pelo Comando da Aeronáutica nos termos da Lei nº 6.009/1973, são cobradas aos usuários (proprietário ou explorador da aeronave) de forma particular, de acordo com a finalidade desses serviços, em três tipos distintos de “momentos” da operação:

- |  |  |   |
|--|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aeródromo (TAT ADR)</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aproximação (TAT APP)</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota (TAN)</li> </ul> |
|--|--|---|

Cabe ressaltar que os serviços de navegação aérea têm seus preços estabelecidos a partir dos custos dos diversos componentes de cada parcela dos serviços prestados. As parcelas consideradas na formação dos custos são utilizadas no momento de remunerar o real provedor do serviço.

As dependências e estações da NAV Brasil são remuneradas pela efetiva prestação dos serviços citados, de acordo com as tarifas TAT arrecadadas nos aeródromos e centros de controle de aproximação que opera diretamente e por parcelas da tarifa TAN referentes aos serviços por ela prestados às aeronaves em rota proporcionais à sua participação no custo total do serviço prestado. Por exemplo, em uma região em que o serviço de controle de tráfego aéreo é proporcionado por um CINDACTA que se vale dos rádios de uma ENB para se comunicar com a aeronave, uma parcela da tarifa arrecadada, proporcional ao custo de manutenção e operação do equipamento, será aplicada para remunerar o serviço de telecomunicações provido pela NAV Brasil.

A sistemática de remuneração dos serviços de navegação aérea prestados pela NAV Brasil é regulada pela ICA nº 12-35, disponível na página do DECEA na Internet, no link [www.sislaer.fab.mil.br](http://www.sislaer.fab.mil.br).

## 1.7 Cenário Econômico

O ano de 2022 indica uma recuperação mundial sobre os efeitos funestos da pandemia de Covid-19 que tão fortemente impactou a economia internacional.

A Indústria do Transporte Aéreo foi um dos setores mais fortemente impactados



pela redução da mobilidade social decorrente do isolamento imposto pela doença, afetando tanto a atividade entre países, como em seus ambientes domésticos.

De acordo com a IATA (Associação Internacional de Transporte Aéreo), em 2020, o número de passageiros transportados em nível global recuou 60,2% em relação a 2019.

No Brasil, onde a economia, a renda e o emprego de parcela considerável da população foram profundamente afetados pelos efeitos indiretos da pandemia, a redução do número de passageiros transportados em 2020 foi de aproximadamente 57%<sup>2</sup>, ressaltando que o ano de 2019 havia sido o maior de toda a série histórica.

Considerando o número de movimentos aéreos no País, verificou-se uma redução de 41,2%, entre 2019 e 2020, mas, a partir de 2021, inicia-se uma reversão, que, no ano de 2022, chega a 60% em relação a 2020, embora ainda com uma perda de 6,6% em relação ao ano de 2019.

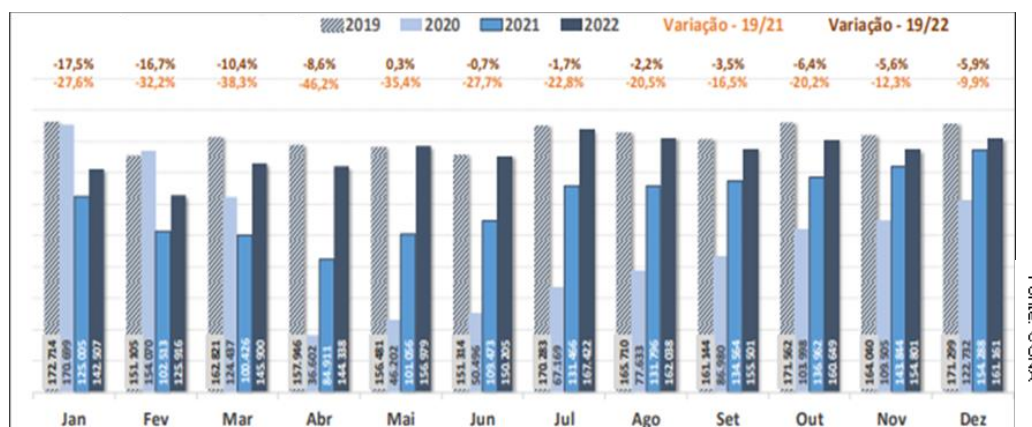


Figura 3. Total de Movimentos por Ano – Brasil<sup>3</sup>.

A ICAO (Organização da Aviação Civil Internacional) estima que a demanda voltará aos níveis anteriores à pandemia, na maioria dos países, no primeiro trimestre de 2023 e que, até o fim do ano, o número de viajantes será cerca de 3% superior ao de 2019.

Para a NAV Brasil, cuja principal fonte de receita advém de Tarifas de Navegação Aérea, a estabilização do setor nos níveis anteriores à pandemia significará um cenário de equilíbrio, o que lhe permitirá planejar investimentos para os próximos anos de maneira ainda mais assertiva, além de incrementar a segurança da manutenção de sua condição como “empresa não dependente” de recursos do Tesouro Nacional.

<sup>2</sup> Dados sobre o total de passageiros da Agência Nacional de Aviação Aérea, extraídos de seu Relatório de Demanda e Oferta.

<sup>3</sup> Os dados sobre o total de movimentos publicados pelo Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea (CGNA), no Relatório Comparativo de Tráfego Aéreo de dezembro de 2022, são relativos às operações nos principais aeródromos nacionais.



## 1.8 Relação com os Destinatários dos Serviços Produzidos

A NAV Brasil presta serviço diretamente aos proprietários ou operadores de aeronaves que, por sua vez, atendem diretamente a população em geral. Com vistas a se manter elevado nível de eficiência e segurança das operações aéreas, esses operadores o fazem utilizando os sistemas disponibilizados pelo SISCEAB.

Ao utilizar os auxílios à navegação, as instalações e os serviços prestados pela NAV Brasil, o operador paga Tarifas de Navegação Aérea, cuja arrecadação compete ao DECEA, a quem também incumbe a adoção de medidas necessárias em caso de inadimplemento, nas esferas administrativa e judicial.

O relacionamento da NAV Brasil com o usuário final é mediado pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo, inclusive com o empreendimento de ferramentas de aprimoramento dos processos na prestação de serviços à navegação aérea, como a pesquisa de satisfação dos usuários, cujo resultado impacta a gestão da NAV Brasil.

## 1.9 Regulação e Controle

A operação de navegação aérea realizada pela NAV Brasil é rigorosamente regulada pelo Comando da Aeronáutica<sup>4</sup>, por meio do qual a empresa se vincula ao Ministério da Defesa.

No tocante à atividade administrativa, também no âmbito do Poder Executivo, a NAV Brasil é coordenada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, vinculada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Finalmente, sob o aspecto da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, a NAV Brasil se submete ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal por intermédio do Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR), sem deixar de mencionar o controle externo realizado pelo Tribunal de Contas da União.

<sup>4</sup> Por meio de normativos do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA).



## 2 ESTRATÉGIA, GOVERNANÇA E DESEMPENHO

### 2.1 Planejamento Estratégico

A NAV Brasil, a partir do envolvimento de todos os setores da Empresa, desenvolveu o **Planejamento Estratégico – 2023 a 2027 e o Plano de Negócios 2023**, que foi aprovado pelo Conselho de Administração.

Nessa mais recente versão do documento, foram acrescentados diversos elementos que ampliaram a atuação da Empresa, permitindo um melhor detalhamento dos Objetivos Estratégicos, das Ações Estratégicas, das Iniciativas e Atividades, além de concentrar forças em estratégias capazes de enfrentar o cenário externo.

Assim, compreendendo com clareza que o **Negócio** em que atua são os “Serviços de Navegação Aérea”, estabeleceu-se a **Missão da NAV Brasil**:

**“Prover Serviços de Navegação Aérea de qualidade, com eficiência e segurança, visando ao desenvolvimento do transporte aéreo e ao bem-estar da sociedade.”**

Sua **Visão de Futuro** é:

**“Ser reconhecida por prover Serviços de Navegação Aérea de qualidade, com eficiência e segurança”**

A atuação da Empresa segue pautada nos **Valores** que sustentam seu corpo funcional diante da sociedade, quais sejam:

- Ética
- Segurança
- Respeito
- Eficiência
- Integridade
- Espírito Público
- Sustentabilidade



## 2.2 Cadeia de Valor

A partir da análise de seus Macroprocessos, foi estabelecida a seguinte Cadeia de Valor para a Empresa.



Figura 4. Macroprocesso Finalísticos.

A fim de fazer frente aos desafios característicos de seu ramo de negócio, a Empresa foi estruturada, cobrindo as diversas atividades corporativas.

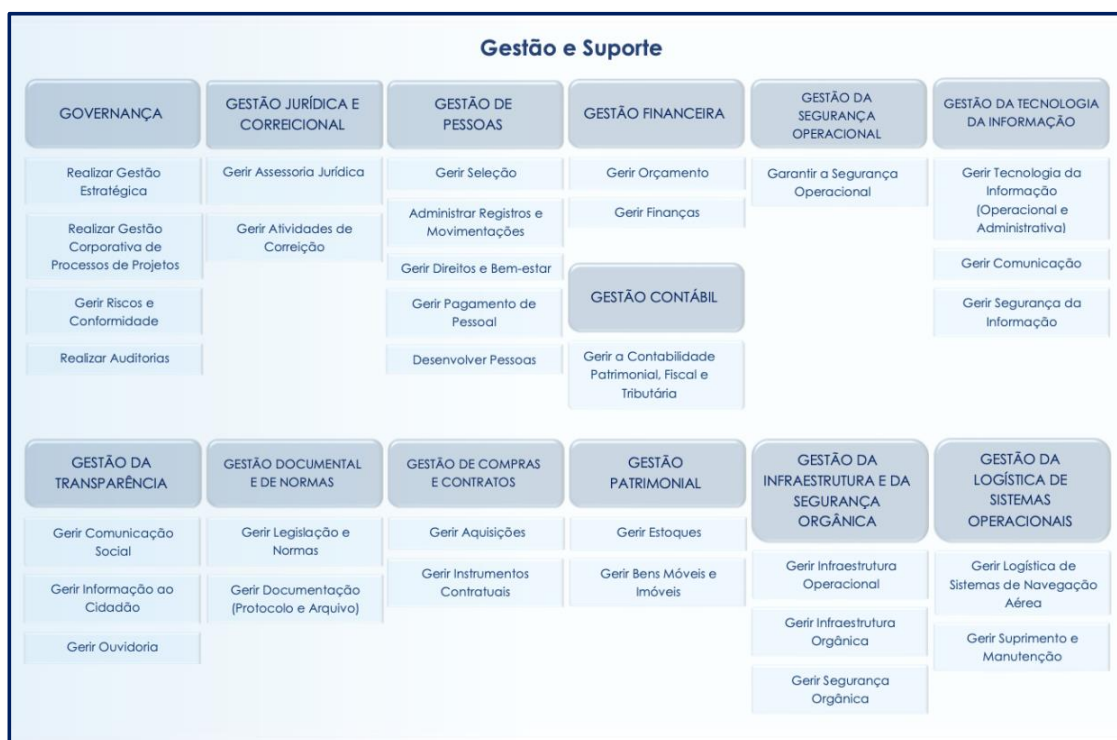


Figura 5. Macroprocessos de Gestão e Suporte.



## 2.3 Objetivos Estratégicos

O processo de planejamento estratégico prevê “Objetivos Estratégicos” a serem atingidos e uma hierarquia de medidas a serem desenvolvidas, visando ao seu alcance, designadas como “Ações Estratégicas”, Iniciativas” e “Atividades” (que ainda podem gerar providências em nível operacional inferior).



Figura 6. Níveis hierárquicos do planejamento estratégico.

A NAV Brasil estabeleceu três Objetivos Estratégicos (OE):

- 1 - ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL;
- 2 - EQUILÍBRIO ECONÔMICO DA EMPRESA; e
- 3 - INCREMENTO DA CAPACIDADE OPERACIONAL.

Considerando o horizonte temporal de cinco anos, cada Objetivo Estratégico contribui com parcela significativa para o cumprimento da Missão da Empresa e são assim descritos:

1	<b>Adequação da Estrutura Organizacional</b>	<p>O objetivo decorre da natural necessidade de aperfeiçoamento da estrutura organizacional inicialmente adotada para a constituição da empresa, visando dotá-la de condições para responder às demandas e desafios de sua consolidação.</p> <p>Especial atenção é dedicada ao dimensionamento do quantitativo de empregados das áreas administrativa e operacional, considerando a possibilidade de absorção de novos órgãos do COMAER e o emprego de terceirização de atividades meio.</p>
---	--	--





<b>2</b>	<b>Equilíbrio Econômico da Empresa</b>	<p>Manter a NAV Brasil na condição de "Empresa Pública Não-Dependente" (de recursos do Tesouro Nacional) permanece como premissa fundamental para sua Gestão Econômico-Financeira.</p> <p>Dessa forma, planejar, controlar e monitorar o desempenho da execução orçamentária, com especial atenção sobre os custos dos serviços prestados constituem pontos de atenção da alta administração, exigindo que a gestão seja dotada com pessoal e sistemas capazes de acompanhar e identificar eventuais desvios ou riscos à sustentabilidade econômico-financeira da Companhia.</p>
<b>3</b>	<b>Incremento da Capacidade Operacional</b>	<p>A capacidade operacional da Empresa está diretamente associada aos padrões de segurança e eficiência dos serviços prestados. Portanto, seu incremento decorrerá de ações voltadas à modernização das infraestruturas existentes, à atualização dos equipamentos e sistemas pari passu com a evolução tecnológica do setor, e ao aprimoramento da competência técnico/operacional de seus profissionais.</p>

Figura 7. Objetivos Estratégicos.

## 2.4 Ações Estratégicas

Para cada objetivo estratégico (OE), delineou-se um conjunto de Ações Estratégicas (AE).

OBJETIVO ESTRATÉGICO		AÇÃO ESTRATÉGICA	
<b>1</b>	<b>Adequação da Estrutura Organizacional</b>	1.1	<p>Consolidar a estrutura administrativa da empresa</p> <p>Busca a implementação de ajustes à estrutura organizacional, com base na gestão por processos e na utilização de ferramentas de TI, com foco no estabelecimento de um corpo funcional, administrativo e técnico, tanto de carreira como temporário, com as competências necessárias para um eficiente desempenho das atividades.</p>
		1.2	<p>Aprimorar a estrutura da área operacional da empresa</p> <p>Como parte do processo de consolidação da estrutura organizacional da Empresa, faz-se fundamental, a obtenção de autonomia em relação ao suporte à operação, área em que foi inicialmente apoiada, com base na lei, pela empresa cindida, uma vez que esta área de atividade não foi objeto do processo de cisão para a constituição da NAV Brasil. Para tanto, será preciso estabelecer uma estrutura própria de Manutenção e Suprimento Técnico, e para a qualificação e o treinamento do Corpo Técnico.</p>





			<p>Acrescente-se que, pela sensibilidade e relevância dos sistemas de TI para a prestação de serviço de navegação aérea, justifica-se realizar, também, investimentos em Segurança da Informação.</p> <p>Por fim, diante da contínua evolução do setor, a Empresa precisa manter metodologia de reavaliação cíclica da estrutura organizacional, bem como estar preparada para receber novos órgãos que possam vir a ser repassados pelo COMAER/DECEA.</p>
	1.3	Aumentar o nível de satisfação dos empregados	<p>A satisfação do corpo funcional da empresa se reflete na qualidade e na eficiência das atividades que desenvolve e, conseqüentemente, dos serviços que provê à sociedade. Com o intuito de estimular o contínuo incremento do nível de satisfação, além de aprimoramentos ao sistema de gestão de pessoas, há que se desenvolver um PCCR próprio, implementar uma política de incentivos e, naturalmente, criar ferramentas que permitam avaliar, continuamente, o grau de satisfação e para prover uma eficiente interação com o empregado.</p>

2	Equilíbrio Econômico da Empresa	2.1	Otimizar custos	<p>Tendo em vista sua relação direta com os resultados da empresa, faz-se necessário implantar um sistema de controle e monitoramento de custos que propicie a implementação de medidas de gestão visando otimizá-los.</p>
		2.2	Incrementar a receita	<p>Considerando os recursos da NAV Brasil previstos no art. 10 da Lei nº 13.903/2019, são, basicamente, duas as formas possíveis de incremento da receita da empresa: o estabelecimento de contratos para a prestação de serviços em sua área de atuação; e a atribuição de novos serviços de navegação aérea pelo DECEA.</p>
3	Incremento da Capacidade Operacional	3.1	Modernizar a infraestrutura	<p>Em desacordo com a intensa velocidade da evolução da tecnologia empregada na prestação de serviços de navegação aérea, de uma forma geral, a infraestrutura transferida para a Empresa quando de sua constituição se encontrava significativamente defasada tecnologicamente, exigindo investimentos na sua modernização, com a implantação de novos equipamentos e sistemas, assim como a recuperação das instalações, além da implantação de uma infraestrutura de TIC operacional.</p>
		3.2	Aumentar a disponibilidade dos equipamentos	<p>Na busca pela melhor relação "custo x benefício" para prover uma disponibilidade adequada aos equipamentos empregados pela Empresa na prestação dos serviços de navegação aérea, decidiu-se pela existência de uma reduzida equipe própria, um estoque de suprimento adequado e suficiente e pela contratação de serviço de suporte logístico. Assim, para o incremento da disponibilidade, são necessárias a adoção de um sistema de gestão de estoque, uma adequada gestão do contrato de suporte logístico, e uma permanente capacitação do corpo técnico.</p>
		3.3	Aumentar a eficiência operacional	<p>Os elevados padrões de desempenho exigidos na prestação de serviços de navegação aérea demandam os programas de</p>



		capacitação e treinamento, abrangendo as atividades operacionais e de suporte, em conformidade com as normas do setor.
3.4	Aumentar a segurança operacional	Prioridade número 1 em todas as ações relacionadas com a prestação de Serviços de Navegação Aérea, a segurança operacional exige a implementação de ações voltadas para a capacitação e treinamento de profissionais especializados, a promoção de uma consciência de segurança, e, naturalmente, uma contínua supervisão quanto ao atendimento às normas estabelecidas.
3.5	Aumentar a segurança "AVSEC"	No que concerne aos prestadores de Serviços de Navegação Aérea, as ações voltadas ao incremento da segurança na atividade aeronáutica (security), denominada internacionalmente "AVSEC", estão associadas à promoção de uma consciência para a segurança e ao atendimento às normas específicas nas DNBs.
3.6	Aumentar a qualidade no serviço de informações meteorológicas	Como para os demais Serviços de Navegação Aérea, é preciso buscar a contínua elevação do padrão de qualidade no serviço de informações meteorológicas, o que exige contínua supervisão dos indicadores e dos processos do Sistema de Gestão da Qualidade.

Figura 8. Ações Estratégicas.

## 2.5 Estrutura de Governança

A NAV Brasil, além da Assembleia Geral, é constituída pelos seguintes órgãos estatutários:

- I. Conselho de Administração;
- II. Diretoria Executiva;
- III. Conselho Fiscal;
- IV. Comitê de Auditoria; e
- V. Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.



Figura 9. Órgãos Estatutários.



A Empresa é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e por seu Estatuto Social.

Ao Conselho de Administração, “compete fixar a orientação geral dos negócios da NAV Brasil” sendo composto por 8 membros, sendo 01 (um) indicado pelo Ministro de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; 01 (um) indicado pelo Ministro de Estado de Portos e Aeroportos; 02 (dois) indicados pelo Comandante da Aeronáutica; o Presidente da NAV Brasil; 02 (dois) independentes, indicados pelo Comandante da Aeronáutica; e 01 (um) representante dos empregados da NAV Brasil, nos termos da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010.

A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da NAV Brasil, em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração. É composta pelo Presidente da Empresa e 2 (dois) Diretores Executivos: o Diretor de Serviços e o Diretor de Administração.

## 2.6 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da NAV Brasil é disposta por um sistema formal de hierarquização funcional e relacionamentos de autoridade que evidencia como os diferentes setores coordenam suas ações para atingir os objetivos organizacionais.

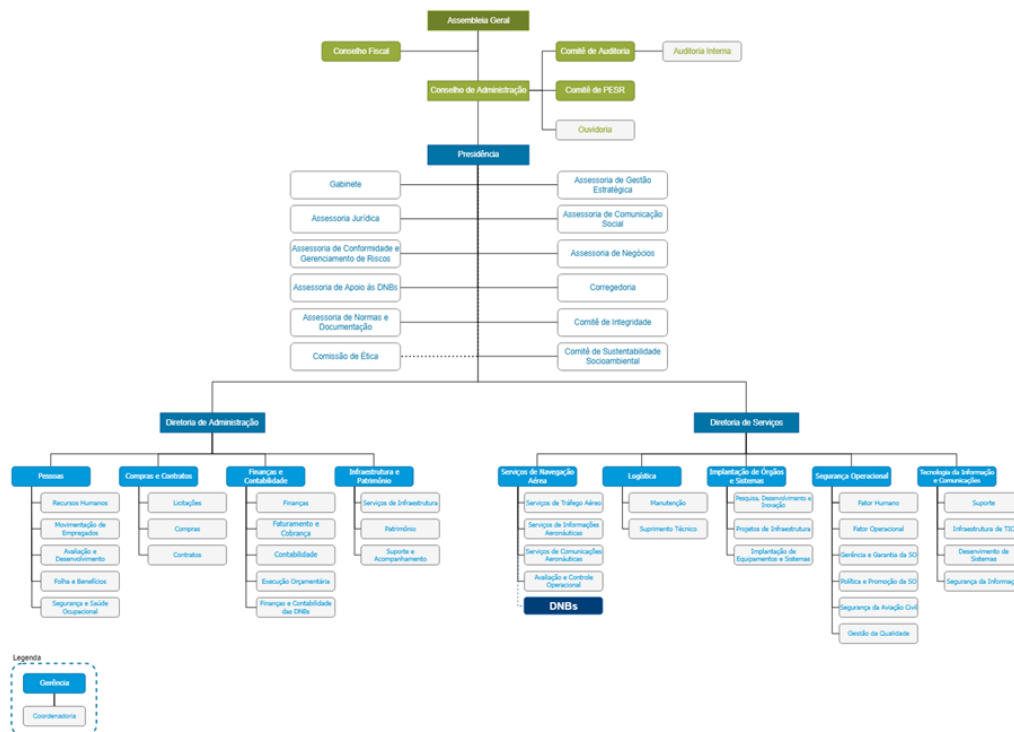


Figura 10. Organograma.



## 2.7 Resultados e Avaliação da Gestão

Com vistas a atender ao disposto no art. 23, § 2º, da Lei nº 13.303/2016, o Conselho de Administração aprovou, na reunião datada de 29 de maio de 2023, a Análise quanto ao atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo por parte da Diretoria Executiva.

Sobre o assunto, cumpre registrar, que os primeiros referenciais de metas e resultados foram traçados no documento “Plano de Negócios 2022 e Estratégia 2022 a 2026”, proposto pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho de Administração, em 16 de dezembro de 2021.

Considerando a Prestação de Serviços de Navegação Aérea como a atividade finalística e a essência do cumprimento das Políticas Públicas pela NAV Brasil, foi elencado o indicador que melhor reflete o desempenho da Empresa, pois resulta no índice que reúne o esforço de todos os setores, tanto operacionais como administrativos, para se manter o elevado padrão de segurança dos serviços prestados.


INDICADOR	SINAL	META	RESULTADO	MEDIDOR
Segurança Operacional (ISO)	↑	98%	99,03%	

Figura 11. Desempenho do indicador de Segurança Operacional.

### 2.7.1 Cálculo do Indicador de “Segurança Operacional”

Para a realização das avaliações do Indicador de Segurança Operacional (ISO), são empregadas listas de verificação padronizadas, organizadas por áreas, que orientam os questionamentos do inspetor na avaliação do cumprimento, pelos Provedores de Serviços de Navegação Aérea (PSNA), das normas nacionais. Tais listas, denominadas “Protocolos de Inspeção”, contêm requisitos das legislações do DECEA e foram elaboradas para emprego nas áreas de Serviços de Tráfego Aéreo (ATS), Serviços de Informações Aeronáuticas (AIS), Meteorologia Aeronáutica (MET), Comunicações, Navegação e Vigilância (CNS) e Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional (SGSO).

O Indicador de segurança Operacional (ISO) leva em consideração o Nível Aceitável de Desempenho da Segurança Operacional (NADSO) e avalia a conformidade normativa dos serviços de navegação aérea através dos resultados das inspeções realizadas no SISCEAB.



## 2.8 NAV em Números



Figura 12. Dados numéricos sobre a Empresa.

## 3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

### 3.1 Estruturas de Gestão de Riscos e Controles Internos

A gestão de riscos e controles internos em âmbito corporativo é essencial para a boa governança, uma vez que agrega valor ao processo de tomada de decisão, fornece garantia razoável para que os objetivos organizacionais sejam alcançados e permite o crescimento sustentável do negócio.

Na NAV Brasil, foi aplicado o Modelo das Três Linhas criado pelo Instituto de Auditores Internos dos Estados Unidos (IIA), como instrumento de gestão de riscos, baseado na separação de áreas, definição de papéis e responsabilidades, de acordo com as características e a realidade da empresa, visando dar cumprimento às metas e objetivos organizacionais e facilitar a implementação de boas práticas de governança.





Figura 13: Modelo das Três Linhas do Instituto de Auditores (2020), adaptado pela NAV Brasil.

De acordo com o modelo, o controle da gestão é executado pelos gestores de processos organizacionais, em primeira linha; a supervisão de conformidade, gestão de riscos e controles internos representa a segunda linha; e a avaliação independente é realizada pela auditoria interna, em terceira linha, responsável por orientar, monitorar e colaborar com a adequação dos controles internos e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos. Nesse sentido, as funções devem se relacionar de maneira clara, e os responsáveis devem promover uma atuação coordenada e eficiente, sem sobreposições ou lacunas.

Seguindo essa tendência, destaca-se a implementação da Política de Conformidade, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos (PCRC), aprovada pelo Conselho de Administração, em 15 de dezembro de 2022, contendo os princípios, as diretrizes e as responsabilidades para suporte à tomada de decisão da empresa.

Vale dizer, a PCRC objetiva disseminar a cultura da gestão de riscos e o ambiente de controle em todas rotinas e níveis da empresa, orientando quanto às ações que visam reduzir as exposições aos riscos (incertezas), a fim de assegurar que os processos de identificação, análise, avaliação, priorização, tratamento, monitoramento, comunicação e gerenciamento dos riscos existentes, e/ou que possam se manifestar no futuro, observem as necessidades e melhores práticas estabelecidas pela NAV Brasil.

Sendo assim, os riscos identificados no transcorrer do processo estão sujeitos à aplicação de planos de ação para adequação ao nível de apetite a riscos estabelecido pela





alta administração da empresa, que prioriza os baixos riscos, em virtude do seu perfil institucional conservador.

Com tais premissas, de forma inaugural, a partir de uma análise de cenário (SWOT), principalmente em atenção às fraquezas e ameaças do ambiente, foram iniciados os mapeamentos dos principais fatores que podem tornar vulnerável o alcance dos objetivos estratégicos, assim definidos como Riscos Estratégicos, cuja análise foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 15 de dezembro de 2022.

Particularmente, no tocante aos controles adotados para assegurar a confiabilidade de suas demonstrações financeiras, cabe ressaltar que as informações são extraídas de sistemas interligados, a saber o *SmartStream* e o *Populis RH*, avaliadas pela gestão, inclusive por empresa contratada para *Business Process Outsourcing (BPO)*, com o apoio das assessorias Jurídica (PRJU) e de Conformidade e Gestão de Riscos (PRCR), quando é o caso, submetidas às instâncias internas de avaliação e supervisão da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria, e à apreciação, ainda, por empresa de Auditoria Independente, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de forma prévia à deliberação pelos órgãos competentes, quais sejam a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

Neste contexto, embora exista um longo caminho a ser percorrido com vistas à plena implementação da PCRC na Companhia, constata-se uma significativa evolução na gestão de riscos e controles internos, em relação ao seu primeiro ano de constituição, por consequência do envolvimento e comprometimento da alta administração, repercutindo na adoção de práticas de prevenção, mitigação e controle, pelos gestores junto às equipes.

### 3.2 Fatores de Risco

No segundo ano de atuação da empresa, foram desenvolvidas iniciativas importantes no plano da gestão de riscos, destacando-se a ampliação de órgãos de controles internos, a implantação da Política de Conformidade, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, e o mapeamento de riscos estratégicos.

O principal objetivo da gestão de riscos é incluir, nas atividades da NAV Brasil, os procedimentos de avaliação da relação entre probabilidade de ocorrência e de impacto dos eventos de risco, visando ao estabelecimento de ações de mitigação por meio de procedimentos de controles internos proporcionais ao risco, observado o apetite ao risco, a relação custo-benefício e a intenção de agregar valor à organização e alcançar melhores resultados.





Sob esse prisma, foram identificados os seguintes fatores de riscos:

FATORES DE RISCO	
<b>Fornecedores</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Escassez de fornecedores que atendam às necessidades técnicas da organização;</li> <li>○ Inexecução contratual;</li> <li>○ Pressão inflacionária sobre os custos; e</li> <li>○ Elevação do custo operacional.</li> </ul>
<b>Clientes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Inadimplência dos usuários dos Serviços de Navegação Aérea;</li> <li>○ Realização do processo de cobrança por terceiro, sem ingerência da empresa;</li> <li>○ Redução do tráfego aéreo; e</li> <li>○ Acidente aeronáutico.</li> </ul>
<b>Regulação dos setores</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Alteração de políticas do governo federal em relação às atividades da empresa; e</li> <li>○ Mudanças regulatórias que resultem em redução ou perda de fontes de receita ou incremento de despesas.</li> </ul>
<b>Decisões judiciais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Ação política ou estratégica que resulte na extinção de estabelecimentos;</li> <li>○ Inobservância de obrigações trabalhistas;</li> <li>○ Concessão de prazo insuficiente para análise e execução; e</li> <li>○ Recebimento de documentação incompleta ou intempestiva.</li> </ul>
<b>Processos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Incipiência em relação ao mapeamento e regulamentação de processos;</li> <li>○ Elevada carga de trabalho do efetivo; e</li> <li>○ Restrição orçamentária.</li> </ul>
<b>Tecnologia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Carência de mão de obra especializada em TI;</li> <li>○ Falha de segurança;</li> <li>○ Obsolescência de sistemas e equipamentos; e</li> <li>○ Violação da integridade física aeroportuária.</li> </ul>

Figura 14. Fatores de Risco.

Com efeito, a implantação e o aprimoramento da gestão de riscos na NAV Brasil constituem um processo de contínua aprendizagem, iniciado com a conscientização sobre sua importância, e avançando com o estabelecimento de diretrizes e a implementação de práticas e estruturas necessárias, alinhado ao contexto interno e externo e com o seu perfil de risco.

## 4 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GESTÃO

### 4.1 Gestão Orçamentária

O orçamento da NAV Brasil segue as diretrizes e determinações da Secretaria de Governança e Controle das Estatais – SEST, que estabelece o Programa de Dispêndios Globais – PDG como ferramenta de gestão e controle orçamentário das Empresas Estatais



Federais. Neste sentido, as informações apresentadas a seguir observam as premissas e o plano de contas do PDG.

Nesse contexto, foram iniciados estudos de aquisição de ferramenta ERP orçamentária, visando melhoria nos processos e maior possibilidade de acompanhamento de resultados.

O orçamento da Empresa foi definido pelo Decreto de nº 10.892, de 13 de dezembro de 2021, que aprovou o Programa de Dispêndios Globais – PDG 2022, considerando o total de receitas de R\$ 849,8 milhões e fixando os gastos para o exercício de 2022 inicialmente no montante de R\$ 849,6 milhões, sendo R\$ 629,6 milhões em despesas correntes e R\$ 220,0 milhões em despesas de capital, tendo como composição dividendos, juros sob o capital próprio – JCP e Investimentos (tangíveis e imobilizados). A dotação consolidada para o Orçamento de Investimentos foi aprovada para o exercício 2022 pela Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, no montante de R\$ 161,3 milhões.

A reprogramação do PDG foi analisada e aprovada pela SEST por meio da Portaria de n.º 10.284, de 1º de dezembro de 2022, que estabeleceu novos limites de PDG.

Assim, o orçamento da Empresa com as suas atualizações totalizou a receita no montante de R\$ 1.061,2 milhões, e as despesas no montante de R\$ 986,1 milhões, sendo R\$ 747,8 milhões em Dispêndios Correntes, contemplando os gastos com pessoal, custeio e impostos e R\$ 238,3 milhões em Dispêndios de Capital, incluindo as rubricas de dividendos e investimentos em imobilizados e intangíveis.



Figura 15. Distribuição orçamentária em 2022.



O quadro a seguir demonstra o total do dispêndio corrente aprovado x realizado:

CONTAS	2022		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (%)
	APROVADO (R\$)	REALIZADO (R\$)	
Pessoal	410.447.642	370.116.997	90%
Materiais e Produtos	10.338.396	3.719.818	36%
Serviços de Terceiros	48.326.335	59.174.196	122%
Tributos	254.678.254	296.328.878	116%
Despesas Financeiras	2.488.028	2.228.208	90%
Outras despesas correntes	21.508.939	18.652.247	87%
<b>Dispêndios Correntes</b>	<b>747.787.594</b>	<b>750.220.344</b>	<b>100,3%</b>

Figura 16. Dispêndio total em 2022.

Conforme acima disposto, as despesas correntes realizadas no decorrer do exercício atingiram cerca de R\$ 750 milhões, ou seja, 100,3% em relação ao limite aprovado para o mesmo exercício, demonstrando eficiência no processo de gestão e otimização dos gastos.

#### 4.2 Gestão de Custos

Os custos da NAV Brasil referem-se à execução da atividade de Navegação Aérea, na grande maioria decorrentes do pagamento de salários, encargos e benefícios dos empregados lotados nas Dependências da NAV Brasil (DNBs), que operam a atividade fim da empresa.

A partir da constituição da empresa foram iniciados os procedimentos de registro da Sede e das demais dependências da NAV Brasil. Considerando as respectivas tramitações burocráticas, no exercício de 2021, foram constituídos Cadastros Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJs) da Sede e de 07 (sete) Dependências. A regularização dos CNPJ de todas as Dependências ocorreu em setembro de 2022.

Desta forma, considerando que a constituição da empresa ocorreu a partir da cisão de uma atividade em plena operação, todos os empregados cindidos da Infraero foram lotados no único CNPJ disponível até agosto de 2022, no caso, o da Sede, o que inviabiliza a apuração precisa dos custos por unidade neste exercício.

Em paralelo à regularização dos CNPJ das dependências, no final do exercício de 2022, a NAV Brasil iniciou o processo de alinhamento das estruturas dos novos Centros de Custos conforme determinação da ICA 12-36, onde todos os custos operacionais e administrativos foram segregados por tipo de serviço (Controle em Rota, Controle em Área



de Aproximação e Controle em Área de Aeródromo), bem como as atividades envolvidas para a prestação dos respectivos serviços.

O reconhecimento legal das dependências e a nova estrutura dos custos operacionais e administrativos permitirá a melhoria das informações gerenciais de custos para o próximo exercício.

### 4.3 Gestão de Licitações e Contratos

A gestão de licitações e contratos, a cargo da Gerência de Compras e Contratos, subordinada à Diretoria de Administração, atua no planejamento, na aquisição de bens e serviços, na realização de licitações, na gestão dos contratos, na aplicação de sanções e no estabelecimento dos atos normativos dos respectivos processos de trabalho, com o objetivo de atender com qualidade e tempestividade às necessidades da NAV Brasil.

Esse trabalho é realizado em conformidade com todo o arcabouço legal que rege o tema, em especial a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, além do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da NAV Brasil, por intermédio do emprego de ferramentas de gestão e controle, tais como o Portal de Compras Governamentais do Governo Federal (Comprasnet) e o Portal de Licitações da NAV Brasil, disponível na página da empresa na Internet no link: <https://www.navbrasil.gov.br/transparencia/licitacoes>.

Durante o período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, Gerência de Compras e Contratos administrou um total de 167 (cento e sessenta e sete) instrumentos contratuais, no valor global de R\$ 322.589.050,03 (trezentos e vinte e dois milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, cinquenta reais e três centavos), dos quais 38 (trinta e oito) contratos foram celebrados pela NAV Brasil no período considerado e 129 (cento e vinte e nove) instrumentos referem-se a sub-rogações realizadas pela Infraero desde a sua cisão parcial. Desse montante global, foi efetivamente executado em 2022 o valor de R\$ 70.574.655,72 (setenta milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e setenta e dois centavos) referente aos contratos ativos no período.

Além disso, foram emitidas 1.214 (mil duzentas e quatorze) ordens de compra, no valor global de R\$ 7.557.073,43 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, setenta e três reais, e quarenta e três centavos), com foco no atendimento das necessidades de curto prazo das Dependências da NAV Brasil.

No que se refere às licitações, a Gerência de Compras e Contratos publicou 31 (trinta e um) pregões eletrônicos no período, cujos valores de referência registrados no Comprasnet totalizaram R\$ 97.504.467,92 (noventa e sete milhões, quinhentos e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa e dois centavos).



Por outro lado, as homologações dos respectivos pregões eletrônicos somaram R\$ 64.898.482,13 (sessenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e treze centavos), ficando R\$ 32.605.985,79 (trinta e dois milhões, seiscentos e cinco mil, novecentos e oitenta e cinco reais e setenta e nove centavos) abaixo do somatório dos valores estimados para as referidas contratações, o que representou uma economia potencial para os cofres públicos de 33,44% (trinta e três inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento) nas contratações decorrentes dos certames realizados no ano de 2022.

#### 4.4 Gestão Patrimonial e de Infraestrutura

No exercício findo, que reflete o início de atividade da NAV Brasil, a atividade de gestão patrimonial e de infraestrutura concentrou-se particularmente no reconhecimento, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, e na regularização do patrimônio recebido da Infraero e da Aeronáutica, reconhecida sua importância para o processo de identificação das reais necessidades da empresa, com vistas a realizar um planejamento orçamentário sólido e preciso para os anos seguintes.

Nesse sentido, o patrimônio móvel (imobilizado) da NAV Brasil, componente de seu capital social, foi conferido, em cada Dependência, a fim de atualizar os respectivos inventários<sup>9</sup>, e se mantém objeto de atualização mensal, com a devida depreciação contábil, a fim de aferir o recolhimento tributário.

Quanto ao patrimônio imobiliário, durante o processo de constituição da NAV Brasil, foi realizado um levantamento sobre todos os imóveis e as benfeitorias afetados pela prestação do serviço de navegação aérea, com o propósito de definir a transferência vinda da Infraero, bem como classificar os bens que realmente interessavam à consecução dos objetivos da nova companhia, estabelecendo-se os procedimentos para sua gestão, bem como as etapas para a destinação daqueles que não tivessem aplicação. Nesse aspecto, foi regularizado o recolhimento à União (COMAER), dos valores referentes aos descontos em folha dos empregados que ocupam regularmente Próprios Nacionais Residenciais (PNR), em consonância com a legislação e a normatização da empresa.

A Gerência de Infraestrutura de Patrimônio (DAIP) incumbiu-se de preparar os ambientes de trabalho no prédio da Administração Central da NAV Brasil, cedido pelo DECEA e localizado dentro do Complexo Santos Dumond, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Dessa forma, valendo-se de mobiliário e equipamentos do mencionado Departamento, como também daqueles transferidos patrimonialmente pela Infraero, e adquirindo mobiliário por meio de adesão a Atas de Registro de Preço, foi possível estruturar adequadamente todos os setores da Administração Central, de modo a oferecer condições de trabalho adequadas a todos empregados nela lotados.



No que tange ao suporte às Dependências da NAV Brasil distribuídas no território nacional, a empresa recebeu os processos pendentes referentes à desmobilização de 14 (catorze) antigas Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA), desativadas ainda sob a gestão da Infraero. Nesse sentido, foram organizados Grupos de Trabalho, gerenciados pela DAIP, para promover a conferência e avaliação de todo o patrimônio móvel, conferindo-lhe a devida destinação, bem como para vistoriar o patrimônio imóvel e as benfeitorias, para a adequada transferência do patrimônio localizado nos sítios aeroportuários aos novos administradores.

Foram realizadas ações para que os seguintes Processos de Alienação de Bens Patrimoniais fossem finalizados:

- 05 (cinco) encerrados em 2021 (Conceição do Araguaia/TO, Carolina/MA, Itacoatiara/AM, Lajes/SC e Varginha/MG).
- 11 (onze) encerrados em 2022 (Carauari/AM, Eirunepé/AM, Ji-Paraná/RO, Bom Jesus da Lapa/BA, Monte Dourado/PA, Manicoré/AM, Porto de Moz/PA, Tarauacá/AC, Tucuruí/PA, Jacareacanga/PA e Poços de Caldas/MG)
- 01 (um) encerrado em 2023 (Carlos Prates/MG)
- 04 (quatro) Regionais encerrados em 2022 (Porto Alegre/RS, Belém/PA, Manaus/AM, Recife/PE)
- 01 (uma) Superintendência encerrada em 2022 (DONA - Brasília/DF)

Foi realizado o Inventário Anual de Bens Móveis em todas as dependências e na Administração Central da NAV Brasil, sendo conferidos fisicamente 18.775 (dezoito mil, setecentos e setenta e cinco) itens.

Foram adquiridas e substituídas 20.000 (vinte mil) plaquetas de patrimônio com código de QR Code para uso em sistema informatizado móvel de inventário a ser adquirido.

A DAIP atua ativamente na instrução de conformidade aos processos de demandas relacionadas à aquisição de material e à contratação de serviços de engenharia para a adequação das instalações da companhia, em alinhamento com a Lei nº 13.303/2016 e com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da NAV Brasil.

#### 4.5 Gestão de Pessoas

A força de trabalho da NAV Brasil é composta por:





- Membros estatutários (Presidente e Diretores)
- Empregados transferidos da Infraero por sucessão trabalhista
- Empregados contratados para ocupar Cargos em Comissão de Livre Provisamento e Exoneração



Figura 17. Composição da força de trabalho.

A Portaria SEST/SEDDM/ME nº 12.771, de 27 de outubro de 2021, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia estabeleceu o quantitativo de pessoal próprio da NAV Brasil. O quadro de pessoal é composto por membros estatutários (Presidente e Diretores), empregados transferidos por sucessão trabalhista decorrente da cisão parcial da Infraero e contratações através de Cargos em comissão de livre provimento e nomeação.

Nos anos 2021 e 2022 o efetivo de pessoal foi alterado em função dos desligamentos, passando de 1.642 para 1.629, sendo 1.151 homens e 478 mulheres.

Do quadro efetivo atual, foram movimentados 37 empregados para outros órgãos, para “compor a força de trabalho”, ou atendendo a “requisições” e pedidos de “cessão”.

Vale ressaltar que o quantitativo de pessoal atual está de acordo com a Portaria SEST/SEDDM/ME nº 12.771, de 27 de outubro de 2021, que fixou o limite de 1.698 vagas.

Para apoiar na gestão dos processos de prestação de serviços de Navegação Aérea, a NAV Brasil possui em seu quantitativo de efetivo o total de 50 profissionais alocados em Cargos em Comissão de Livre Provisamento e exoneração. As atividades desempenhadas são de chefia e assessoramento na Administração Central da Empresa.

Com o objetivo de realizar os processos de gestão e suporte estratégico para a Administração da NAV Brasil, a Gerência de Pessoas começou a estruturar um programa para a contratação de 60 empregados através de um processo seletivo simplificado, por prazo determinado, com base o art. 13 da Lei nº 13.903, de 2019. O propósito desse modelo de contratação visa atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

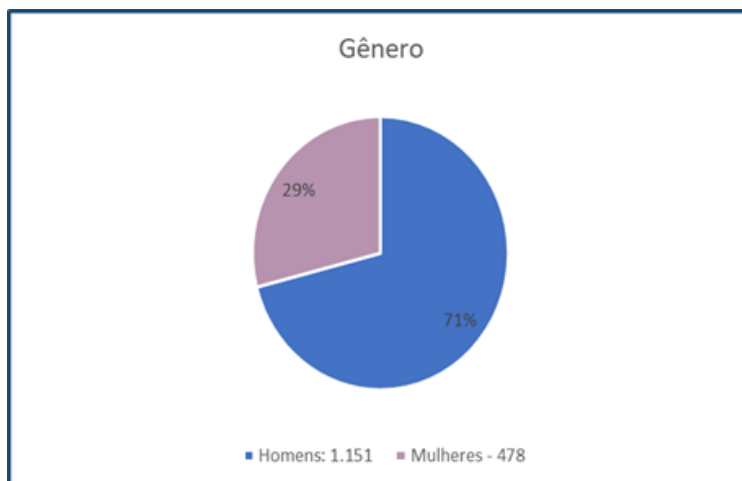




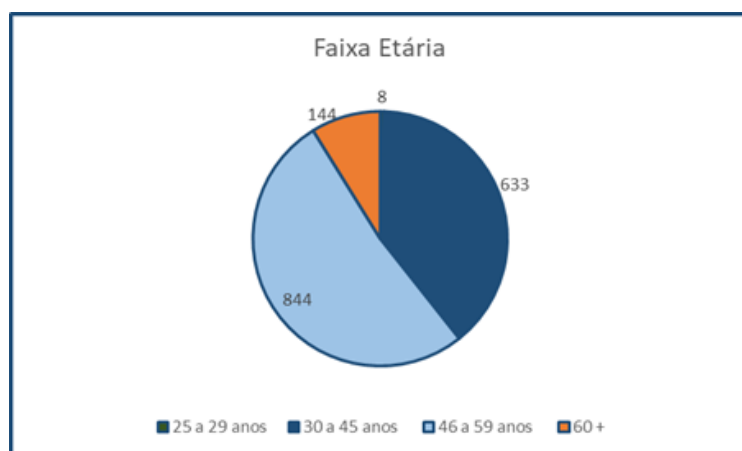
- **Estratificação dos Empregados**

Como mencionado anteriormente, os empregados da NAV Brasil são oriundos da Infraero, admitidos por concurso público realizado por aquela companhia em 2011. As informações abaixo demonstram a composição do quadro de pessoal:

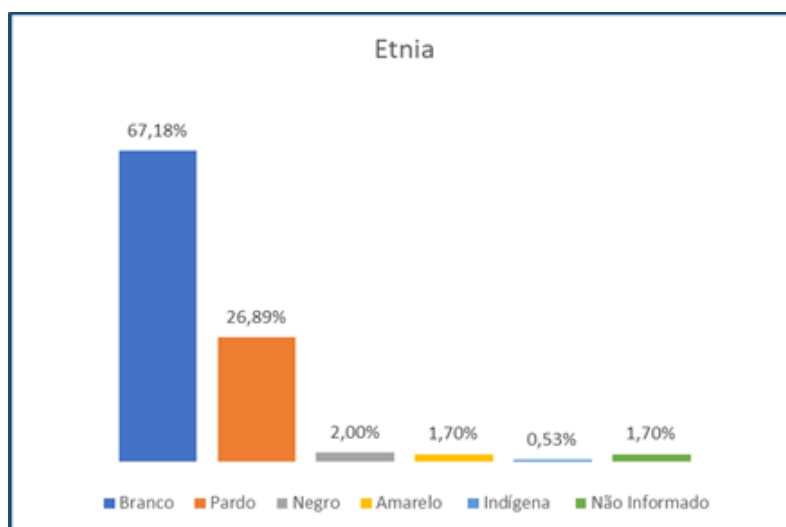
- i. **Diversidade de gênero:** Do total de empregados, 478 são mulheres e 1.151 homens.



- ii. **Diversidade etária:** como o último concurso realizado pela Infraero foi no ano de 2011, verifica-se uma predominância de profissionais mais experientes.



iii. **Diversidade étnica:** verifica-se a predominância de empregados que se autodeclararam brancos.



iv. **Distribuição do efetivo por cargo:** pode-se observar que a maioria dos empregados estão relacionados à atividade operacional.

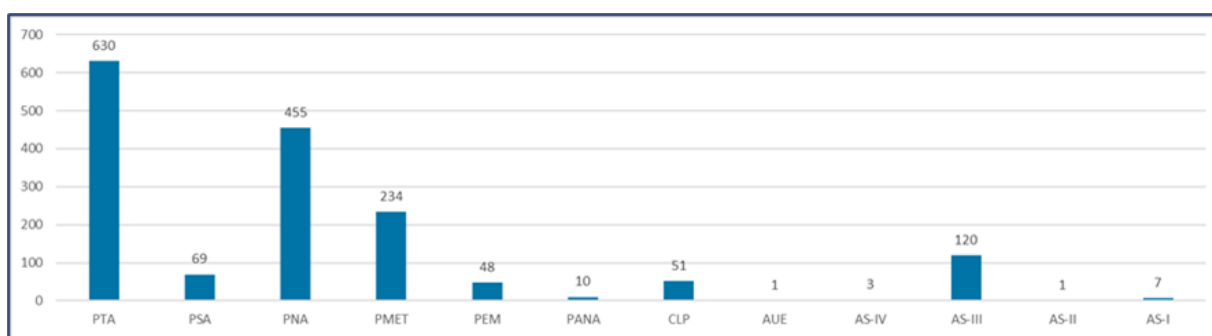


Figura 18. Distribuição do efetivo por cargo.

- **Ações de Capacitação e Desenvolvimento**

O Plano Anual de Capacitação (PAC) 2022 foi elaborado com a finalidade de elencar as ações de desenvolvimento de pessoal, por meio do Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT), que tem como propósito aferir as demandas de ações de educação corporativa, norteadas pela missão, objetivos e necessidades organizacionais da empresa.

Dessa forma, o LNT foi realizado pela Gerência de Pessoas, junto às áreas técnicas, e teve como foco, em seu primeiro ano de realização, o retorno do investimento no corpo técnico que carecia de treinamentos, formação e atualização, obrigatórios e essenciais, para atuação em seus respectivos cargos e funções.



Assim, conforme previsto no art. 9º, inciso V, da Lei nº 13.903/2019, em ações coordenadas de gestão de pessoas e gestão do conhecimento, a NAV Brasil investiu, durante o ano-base 2022, o montante de R\$ 806.631,58.

Dentre os processos de capacitação realizados, a Gerência de Pessoas desenvolveu 04 (quatro) projetos: o Programa de Atividades de Ensino e Atualização Técnica (PAEAT); o Programa de Atividades e Emprego de Laboratório de Simulação (PAELS); o Projeto de Treinamentos Corporativos; e, por fim, a contratação de treinamentos com empresas de mercado.

O PAEAT destina-se a suprir as necessidades de formação e capacitação dos profissionais do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), com cursos ministrados pelas Organizações subordinadas ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). Neste programa, a NAV Brasil promoveu a capacitação de 107 profissionais, em cursos nas áreas de manutenção, segurança operacional e serviços de navegação área, totalizando 930 horas de treinamentos.

O PAELS é voltado ao emprego de simulação de Gerenciamento de Tráfego Aéreo (ATM) de modo a atender às necessidades do SISCEAB, incluindo a capacitação dos controladores de tráfego aéreo. A ferramenta permite incremento da capacidade cognitiva dos ATCO, o que lhes propicia maior eficácia e efetividade no desempenho da atividade, contribuindo, com isso, para a eficiência e a manutenção do nível de segurança operacional do SISCEAB. Em 2022, a NAV Brasil encaminhou, para este treinamento, 33 (trinta e três) empregados de suas DNB em Macaé/RJ e Londrina/PR.

Os treinamentos corporativos, planejados, executados e avaliados internamente, contemplaram 231 empregados, totalizando 3.066 horas de capacitação nas áreas de conhecimento de saúde e segurança do trabalho, segurança operacional e serviços de navegação aérea. Para estas ações foram priorizados os cursos promovidos na modalidade a distância, com a participação de profissionais de diversas localidades em uma mesma turma, o que possibilitou uma benéfica troca de experiência, além da integração dos profissionais.

Por fim, os treinamentos contratados com empresas de mercado, nas áreas de manutenção, gestão de processos, licitações, saúde e segurança do trabalho, segurança operacional e segurança da aviação civil. Nesta linha de desenvolvimento, destaca-se a participação de 528 profissionais, em um total de 4.835 horas de treinamento.

Nesse cenário, cabe ressaltar que, mesmo em meio à estruturação e organização dos processos do setor de gestão de pessoas, a capacitação promovida pela NAV Brasil,



seja internamente ou em outras instituições, atendeu a 55,18% de seu efetivo total, com 5,62 horas de treinamento por empregado.

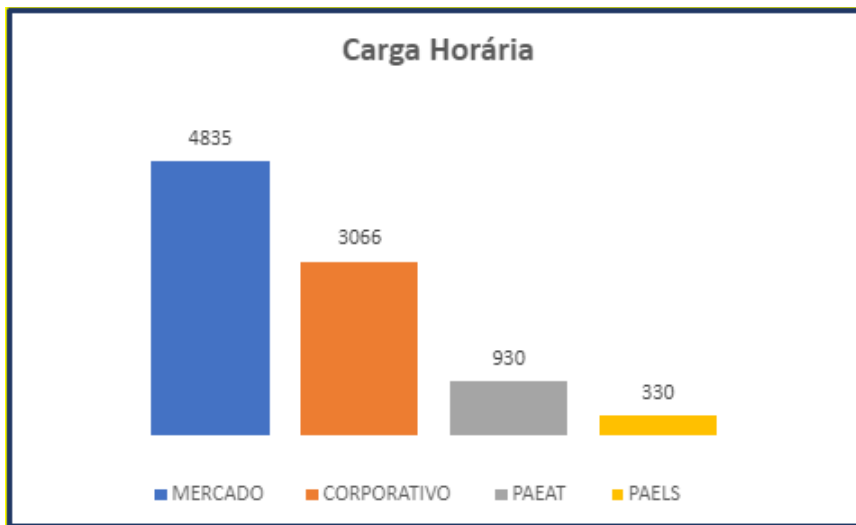


Figura 19. Carga horária dos treinamentos proporcionados.

- ### Fundo de Seguridade

A INFRAPREV – É um fundo multipatrocinado, cujo patrocinador-fundador é a Infraero, e do qual os empregados concursados da NAV Brasil fazem parte. Este fundo tem por objetivo garantir o pagamento de aposentadorias aos seus participantes e pensões aos beneficiários.

Em 2022, o montante de contribuições ao fundo relativo à NAV Brasil foi:

- Por parte dos empregados: R\$ 11,53 Milhões
- Por parte da NAV Brasil (patrocinadora): R\$ 11,11 Milhões

### 4.6 Gestão de Tecnologia da Informação

Dando continuidade à implantação de infraestrutura TIC própria da NAV Brasil, bem como da ativação do portfólio de serviços TIC a serem aplicados em todas as áreas da empresa, tanto administrativas quanto operacionais, decorreram contratações e planejamento de outras novas licitações, a fim de aparelhar a empresa com todos os recursos tecnológicos necessários.

Dentre as realizadas, se destaca a adesão ao Contrato de nuvem *multicloud*, tendo ocorrido a construção de infraestrutura na AWS, em que foram hospedados alguns servidores de aplicação e outros de banco de dados, processo necessário para migração de todos os sistemas hoje hospedados na infraestrutura de TIC da Infraero. Cabe salientar que, de forma conjunta, ocorreu planejamento para a aquisição de datacenter físico,



modalidade comumente denominada *on premise*, que integrado com a cloud, mostra-se capaz de disponibilizar uma solução hiperconvergente híbrida, arquitetura tal que garante uma alta resiliência, elasticidade na alocação de recursos computacionais, e uma gestão de custos mais efetiva.

Além dessas ações voltadas aos recursos computacionais compartilhados, realizou-se a aquisição de 400 computadores, distribuídos entre a Administração Central e as diversas DNB distribuídas pelo país. Tal ação buscou minimizar o impacto direto na produtividade da empresa, uma vez que o parque de equipamentos de TIC advindo da Infraero é extremamente defasado tecnologicamente.

Ademais, partindo para o escopo dos *softwares*, foi realizado novo contrato de licenças Microsoft 365, componente importante no escopo das ferramentas corporativas, com utilização em todas as unidades da empresa, e nas mais diversas esferas, o qual garante solução de correio eletrônico, sistema de compartilhamento de arquivos com controle de versionamento, suite de escritório, plataforma para automação de tarefas, ambiente para hospedagem de website interno, dentre outras funcionalidades.

Adicionalmente, contratou-se empresa para o desenvolvimento de novo website externo, uma vez que o atual foi criado a partir da necessidade de cumprimento de dispositivo legal, estando sua interface não otimizada para comunicação com o público em geral. Nesse novo sítio, foi empregue o paradigma CMS (*Content Management System*), o que possibilitará ao setor de comunicação social, dentre outras áreas da empresa responsáveis por informações ligadas à transparência ativa, a executarem o lançamento de informações de forma independente e fácil, sem necessidade de gerar demandas específicas à equipe de TIC, permitindo seu enfoque nas várias outras demandas necessárias. Para o correto funcionamento do website externo, foi contratado, também, certificado SSL, o qual é necessário para a garantia de conexões seguras advindas da internet.

Foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica com o TRF-2 (Tribunal Regional Federal da Segunda Região) para uma adoção mais efetiva do SIGA (Sistema Integrado de Gestão Administrativa), plataforma que hoje é a responsável pela Gestão Documental da empresa, sendo disponibilizada a possibilidade de se obter a sua versão mais atual, além de permitir a personalização deste frente às necessidades e peculiaridades da NAV Brasil.

Mantendo o viés das questões empresariais e de impacto global na corporação, prestou-se apoio sólido às áreas da Diretoria de Administração que irão participar da



contratação de BPO (*Business Process Outsourcing*), principalmente nos aspectos relacionados ao ERP (*Enterprise Resource Planning*) a ser disponibilizado durante a contratação, sendo devido o estabelecimento de requisitos, inclusive, de integração com outros Sistemas a serem utilizados pelas áreas de negócio.

Partindo para os projetos correlacionados diretamente com as atividades operacionais, foi realizada a contratação de empresa para sustentação da solução AMHS (*Aeronautical Message Handling System*), o qual é responsável pela tramitação de mensagens eletrônicas de cunho operacional entre Órgãos internos e externos à NAV Brasil.

Outro projeto que demandou participação ativa da Gerência de TIC foi o denominado “MELHORIA DOS SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA NAS BACIAS PETROLIFERAS (ÁREAS OCEÂNICAS)”, que irá garantir a extensão da área de atuação do APP de Macaé para a Bacia de Santos, cuja movimentação, em função da exploração das reservas do pré-sal, tem aumentado a cada ano. Importante salientar que nesse empreendimento, a NAV Brasil participa como *stakeholder* juntamente com o DECEA e a Petrobrás, devendo culminar como uma das mais proeminentes e importantes operações áreas offshore da Região.

Por fim, encontram-se na fase final de elaboração, a Política de Segurança da Informação e do Plano Estratégico de TIC da NAV Brasil, os quais serão essenciais para a governança dos serviços TIC na corporação, sendo o primeiro já necessário quando da implantação da nova rede de longa distância, que será responsável pela integração segura entre todas as unidades e a Administração Central, além de garantir a conectividade com a internet."

#### 4.7 Sustentabilidade Ambiental

Muito além de um comando legal, a responsabilidade socioambiental está intrinsecamente alinhada à estratégia da NAV Brasil, que, como empresa pública federal, tem a função social de prover Serviços de Navegação Aérea, em atendimento ao interesse coletivo, devendo ser empregadas práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social corporativa compatíveis com o mercado em que atua.

Nesse aspecto, diversos são os empreendimentos da Empresa, a exemplo da atuação no Programa SIRIUS; a produção de Informações Aeronáuticas em formato digital; a utilização de iniciativas de tecnologia sustentável, também no plano administrativo da empresa; a implementação do Código de Ética, Conduta e Integridade, com diversos compromissos socioambientais; e a integração com a comunidade local.



- **Programa SIRIUS**

A NAV Brasil, como parte integrante do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), atua em diversos empreendimentos do Programa SIRIUS, conduzido pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) com o objetivo de proporcionar modernizações ao Sistema e diversos benefícios à sociedade, dentre os quais a sustentabilidade ambiental, como a redução nas emissões de gases nocivos na atmosfera e de ruído para as populações localizadas no entorno dos aeródromos, alcançados por meio do emprego de soluções de alta tecnologia, da implantação de procedimentos operacionais inovadores e da ênfase na contínua elevação da performance dos recursos humanos.

- **Informações Aeronáuticas em Formato Digital**

A atenção com o meio ambiente também se faz presente na produção de Informações Aeronáuticas pela NAV Brasil, que, substituindo os produtos em papel, hoje são disponibilizadas em formato digital aos usuários do SISCEAB.

- **Tecnologia Sustentável**

No plano administrativo, a NAV Brasil também utiliza inovações que priorizam o equilíbrio entre o desenvolvimento tecnológico e as preocupações com o meio ambiente, tais como o Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GEF), as aplicações corporativas e o provedor de plataformas de serviços em nuvem.

- **Código de Ética, Conduta e Integridade**

No ano de 2022, foi implementado o Código de Ética, Conduta e Integridade da Empresa, que perpassa todas as ações ASG (Ambiental, Social e de Governança) e, de modo especial, contempla uma série de compromissos socioambientais.

- **Integração com a Comunidade Local**

O ano de 2022 registra diversas ações de integração pelas Dependências da NAV Brasil (DNBs), especialmente com a comunidade escolar e universitária, tendo sido realizadas palestras e franqueadas visitas ao ambiente operacional.





## 5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### 5.1 Indicadores de Desempenho e Lucratividade

DRE (R\$ milhões)	2022 Jan - Dez	2021 Jun - Dez
Receitas Operacionais	1.129,2	428,0
Despesas Operacionais	(439,4)	(205,6)
<b>Resultado Operacional Recorrente</b>	<b>689,8</b>	<b>222,4</b>
Deduções da Receita	(102,5)	(38,9)
Outras Receitas e Despesas	(6,6)	(4,1)
Resultado Financeiro	5,9	0,0
Provisões, Ganhos e Perdas	(70,9)	(38,2)
Outros impostos e taxas	(0,8)	(0,1)
<b>Resultado antes dos IRPJ e CSLL</b>	<b>514,9</b>	<b>141,1</b>
IR e CS (corrente e diferido)	(190,1)	(47,5)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>324,8</b>	<b>93,6</b>

Figura 20. Dados econômico-financeiros 2021 e 2022

A NAV Brasil apresentou, em 2022, um lucro líquido de R\$ 324,8 milhões, influenciado pela evolução gradual das receitas em decorrência da retomada do tráfego aéreo pós-pandemia, associado às ações coordenadas de gestão empresarial que objetivaram a otimização dos recursos e a racionalização das despesas, com a realização de novos processos e contratos.

A proposta de distribuição do lucro líquido do exercício, conforme deliberação da Administração está demonstrada na figura a seguir:

DESCRIÇÃO (R\$ milhões)	2022	2021
Saldo anterior reserva de retenção de lucros	71,3	-
Lucro Líquido do Exercício	324,8	93,6
Reserva Legal	5,7	4,7
Lucro Líquido Ajustado	319,1	88,9
Destinações:		
Dividendos e JCP	79,8	17,6
JCP	8,7	1,3
Dividendos	71,1	16,3
Aumento de Capital Social <sup>1</sup>	218,8	-
<b>Saldo final da reserva de retenção de lucros <sup>1</sup></b>	<b>91,8</b>	<b>71,3</b>

<sup>1</sup> Valores a serem deliberados em Assembleia.

Figura 21. Proposta de Destinação do Lucro



O Plano de Aplicação do Saldo do Lucro está discriminado a seguir.

PLANO DE APLICAÇÃO DA RESERVA DE LUCROS (R\$ milhões)	2023	2024	2025	2026	2027
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	1,9	-	-	-	-
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos e Máquinas	4,0	-	-	-	-
Manutenção de Equipamentos de Informática e Teleprocessamento	16,2	9,7	-	-	-
Implantação e Manutenção dos Sistemas de Navegação Aérea	40,8	98,4	36,9	46,3	52,0
Modernização de infraestrutura para a prestação de Serviços de Navegação Aérea	7,2	10,0	7,9	9,0	6,3
<b>Total</b>	<b>70,1</b>	<b>118,1</b>	<b>44,8</b>	<b>55,3</b>	<b>58,3</b>

<sup>1</sup> Conforme Plano de Investimentos da Empresa.

Figura 22. Planejamento da aplicação da reserva de lucros.

INDICADORES	2022	2021
Liquidez Corrente	2,6	1,6
Margem Líquida (%)	31,6%	24%

Figura 23. Indicadores financeiros.

O índice de Liquidez Corrente evoluiu de 1,6%, em 2021, para 2,6% em 2022, indicando a boa saúde financeira da Empresa para cumprir com suas obrigações de curto prazo. O indicador apresentou melhoria devido ao ritmo de crescimento do Ativo Circulante superior ao crescimento do Passivo Circulante. O saldo de contas a receber representa 69,9% do ativo circulante total, já considerando a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A apuração de receitas em montante superior às despesas permitiu à NAV Brasil superar a meta de sustentabilidade empresarial e encerrar o exercício com Margem Líquida de 31,6%.

COMPOSIÇÃO DO EBITDA (R\$ milhões)	2022 Jan - Dez	2021 Jun - Dez
Lucro Líquido do Exercício	324,8	93,6
Resultado Financeiro Líquido	(5,9)	0,0
Provisão IR/CSLL	190,1	47,5
Depreciação/amortização	7,6	4,3
<b>EBITDA</b>	<b>516,6</b>	<b>145,4</b>

Figura 24. EBITDA (Ganhos antes de Juros, Taxas e Depreciação e Amortização).

O indicador EBITDA demonstra a geração de recursos da Empresa apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros de impostos e depreciação. O resultado de R\$ 516,6 milhões apresentado para esse indicador



demonstra o potencial de geração de caixa da atividade de prestação de serviços de navegação aérea.

## 5.2 Resultados Econômico-Financeiros



Figura 25. Evolução das Receitas Operacionais.

A Receita Operacional Bruta contabilizada no exercício de 2022, proveniente das Tarifas de Navegação Aérea e Receitas Comerciais, atingiu o montante de R\$ 1.129,2 milhões.

As Tarifas de Navegação Aérea, no exercício de 2022, totalizaram R\$ 1.127,8 milhões, sendo constituídas pelas “Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota” (TAN), no valor de R\$ 742,0 milhões, e pelas “Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Área de Controle Remoto e Área de Controle de Aproximação” (TAT), no valor de R\$ 385,8 milhões.

As Receitas Comerciais, em 2022, totalizaram R\$ 1,4 milhões, sendo compostas por 83,7% de receita proveniente dos serviços de Atendimentos Extraordinários a Aeronaves e 16,3% dos Serviços de Telecomunicações Aeronáuticas.



Figura 26. Despesas Operacionais.



### 5.3 Despesas de Pessoal

Representando 81% das despesas operacionais, as despesas de pessoal totalizaram o montante de R\$ 358,1 milhões, no período entre janeiro e dezembro de 2022.

Considerando o balanço entre as contratações e demissões ocorridas ao longo do exercício de 2022, houve um decréscimo de 2,3% no efetivo, em relação ao exercício de 2021.

De acordo com o quadro evolutivo das despesas de pessoal, observamos que os gastos mensais se mantiveram proporcionais ao quantitativo de funcionários, apresentando uma redução, no fim do exercício de 2022.

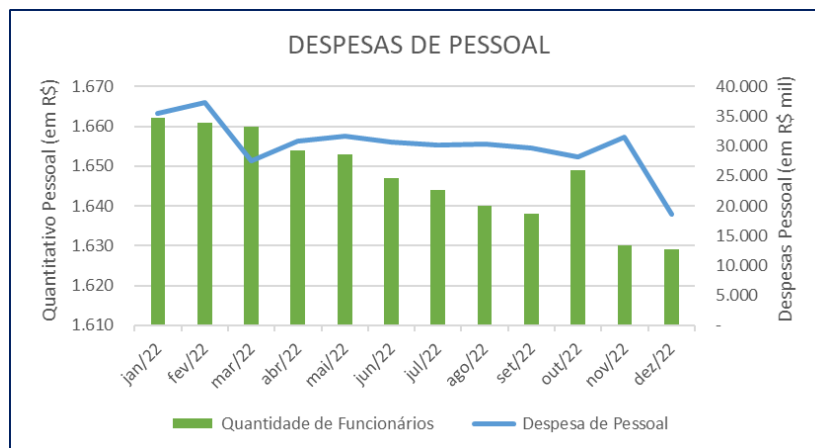


Figura 27. Evolução das despesas de pessoal.

### SERVIÇOS DE TERCEIROS

SERVIÇOS DE TERCEIROS (R\$ milhões)	2022 Jan - Dez	2021 Jun - Dez
Serviços Técnicos Especializados	(26,7)	-
Serviços de informática	(7,3)	(3,1)
Segurança e vigilância	(5,2)	(3,9)
Conservação e limpeza	(2,7)	(1,8)
Locação de software	(2,3)	-
Manutenção	(1,6)	(1,7)
Demais serviços	(1,5)	(0,4)
<b>Total Serviços Contratados</b>	<b>(47,3)</b>	<b>(10,9)</b>

Figura 28. Despesas com serviços de terceiros.

As despesas com serviços de terceiros totalizaram o valor de R\$ 47,3 milhões, em 2022, com destaque para os serviços técnicos especializados, com um total de R\$ 26,7 milhões, referente à contratação de apoio técnico e administrativo da Infraero, nos termos do art. 19 da Lei nº 13.903/2019.



## 5.4 Outras Receitas e Despesas

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS (R\$ milhões)	2022 Jan - Dez	2021 Jun - Dez
Depreciação e amortização	(7,6)	(4,3)
Receitas Eventuais	1,0	0,1
Receitas e despesas não operacionais	0,0	0,1
<b>Total Outras Receitas e Despesas</b>	<b>(6,6)</b>	<b>(4,1)</b>

Figura 29. Outras receitas e despesas.

São consideradas receitas eventuais, a recuperação de despesas relacionadas aos serviços dos bancos credenciados para prestação de serviço de processamento dos créditos provenientes da folha de pagamento dos empregados e pensionistas.

## 5.5 Provisões, Ganhos e Perdas

Provisões, Ganhos e Perdas (R\$ milhões)	2022 Jan - Dez	2021 Jun - Dez
Devedores Duvidosos	(93,0)	0,0
Indenizações trabalhistas/cíveis	(2,2)	(1,4)
Perda de estoque / imobilizado	0,6	(2,8)
Redução Valor Recuperável (Impairment)	0,0	18,0
Provisão pós emprego	13,6	(39,3)
Provisão Serviços Técnicos	10,1	(12,7)
<b>Total Provisões, Ganhos e Perdas</b>	<b>(70,9)</b>	<b>(38,2)</b>

Figura 30. Provisões. Ganhos e perdas.

O cálculo da Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) de 2022 utilizou como critério os valores a receber com vencimentos acima de 120 dias. Assim, o valor provisionado em PECLD para dezembro de 2022 foi de R\$ 93 milhões. Esse critério foi adotado tendo em vista a NAV Brasil não ter um histórico abrangente desses recebimentos e ao fato de sua criação ter ocorrido em 30 de junho de 2021, perfazendo um período de 1,5 ano, em 31 de dezembro de 2022.



## 5.6 Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

### Balanco Patrimonial - Ativo

	Notas explicativas	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	143.725	21.433
Contas a receber	6	358.187	184.027
Estoques	7	8.277	7.103
Impostos a recuperar	8	74	74
Adiantamento para empregados		144	71
Despesas antecipadas	9	2.133	1.914
Outros ativos		141	7
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>512.681</b>	<b>214.629</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Depósitos judiciais	11	1.401	1.563
Tributos diferidos	24	41.224	33.539
Imobilizado	10	61.493	68.845
Intangível	10	460	657
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>104.578</b>	<b>104.604</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>617.259</b>	<b>319.233</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

### Balanco Patrimonial - Passivo

	Notas explicativas	31/12/2022	31/12/2021
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores de bens e serviços	12	10.704	32.509
Cauções de terceiros		31	24
Encargos trabalhistas	13	46.552	52.056
Tributos a recolher	8	35.690	26.764
Recursos a pagar	14	115	11
Previdência complementar		1.756	1.917
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	16.d	99.588	17.618
Outras obrigações	15	1.382	1.301
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>195.818</b>	<b>132.200</b>
<b>Não circulante</b>			
Benefício pós-emprego	19	80.555	80.911
Provisão para contingências	11	4.460	5.912
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>85.015</b>	<b>86.823</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	16	51.714	51.714
Reserva Legal		10.343	4.679
Reserva Retenção de Lucros	16.b	310.618	71.277
Ajuste de avaliação patrimonial	16.c	(36.249)	(27.460)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>336.426</b>	<b>100.210</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>617.259</b>	<b>319.233</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.





## Demonstração do Resultado

	Notas explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	17	1.026.768	389.184
Custos dos serviços prestados	18	(140.179)	(28.290)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>886.589</b>	<b>360.894</b>
Despesas gerais e administrativas	18	(377.839)	(219.999)
Outras despesas		(692)	-
Outras receitas	25	959	148
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro</b>		<b>509.017</b>	<b>141.043</b>
Despesas financeiras	26	(2.228)	-
Receitas financeiras	26	8.130	-
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>5.902</b>	<b>-</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>514.919</b>	<b>141.043</b>
( - ) Imposto de renda e contribuição social		(193.292)	(66.863)
( + ) Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.157	19.394
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>324.784</b>	<b>93.574</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## Demonstração do Resultado Abrangente

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Prejuízo / lucro acumulado</b>	<b>324.784</b>	<b>93.574</b>
Benefício pós-emprego	(13.317)	(41.606)
Tributos s/ Ajuste de avaliação patrimonial	4.528	14.146
<b>Total de resultados abrangentes do período</b>	<b>315.995</b>	<b>66.114</b>
<b>Total de resultados abrangentes atribuível aos:</b>		
<b>Acionistas</b>	<b>315.995</b>	<b>66.114</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Notas explicativas	Capital social	Reserva Legal	Reserva Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
<b>Em 30 de junho de 2021 (Data de Constituição)</b>		<b>51.714</b>	-	-	-	-	<b>51.714</b>
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	(17.618)	-	(17.618)
Reserva Legal		-	4.679	-	(4.679)	-	-
Reserva Retenção de Lucros		-	-	71.277	(71.277)	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(41.606)	(41.606)
Tributos s/ ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	14.146	14.146
Lucro do período		-	-	-	93.574	-	93.574
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>16</b>	<b>51.714</b>	<b>4.679</b>	<b>71.277</b>	-	<b>(27.460)</b>	<b>100.210</b>
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	(79.779)	-	(79.779)
Reserva Legal		-	5.664	-	(5.664)	-	-
Reserva Retenção de Lucros		-	-	239.341	(239.341)	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(13.317)	(13.317)
Tributos s/ ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	4.528	4.528
Lucro do período		-	-	-	324.784	-	324.784
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>16</b>	<b>51.714</b>	<b>10.343</b>	<b>310.618</b>	-	<b>(36.249)</b>	<b>336.426</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



## Demonstração do Fluxo de Caixa

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Lucro (prejuízo) líquido do período</b>	<b>324.704</b>	<b>93.574</b>
<b>Itens que não afetam o caixa operacional</b>		
Ajuste de avaliação patrimonial	(8.709)	(27.460)
Provisões para processos tributários, civis e trabalhistas	(1.452)	1.619
Depreciação e amortização	7.582	4.293
Perda por redução do ativo imobilizado e intangível	-	(17.985)
Valor residual dos bens baixados	574	-
Benefício pós-emprego	(356)	80.911
Correção monetária dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	2.190	-
	<b>324.633</b>	<b>134.952</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber	(174.165)	(184.027)
Estoques	(9.174)	2.799
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	-	(74)
Adiantamento para empregados	(73)	3.956
Despesas antecipadas	(219)	(1.914)
Outros ativos	(133)	(7)
Depósitos judiciais	162	(298)
Tributos diferidos	(7.685)	(33.538)
Fornecedores de bens e serviços	(21.805)	32.509
Cauções de terceiros	7	24
Encargos trabalhistas	(5.504)	12.067
Impostos, taxas e contribuições a recolher	8.926	26.764
Providência complementar	(161)	1.917
Outras obrigações	81	1.301
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>	<b>122.895</b>	<b>(3.550)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisições de imobilizado / intangível	(707)	(72)
Repasso de aluguéis	104	11
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>	<b>(603)</b>	<b>(61)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>44</b>
<b>Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>122.292</b>	<b>(3.567)</b>
Caixa do início do período	21.433	25.000
Caixa do final do período	143.725	21.433
<b>Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>122.292</b>	<b>(3.567)</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



### Demonstração do Valor Adicionado

	Notas explicativas	31/12/2022	31/12/2021
<b>(=) Receitas</b>			
Receita operacional		1.129.245	428.029
Outras receitas		959	148
		<b>1.130.204</b>	<b>428.177</b>
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Materiais e serviços de terceiros		(81.340)	(24.459)
Outras despesas		(692)	-
		<b>(82.032)</b>	<b>(24.459)</b>
<b>(=) Valor adicionado bruto</b>			
		<b>1.048.172</b>	<b>403.718</b>
<b>(-) Retenções</b>			
Provisões, reversões e perdas		(263.509)	(105.090)
Depreciação / amortização		(7.582)	(4.293)
<b>(=) Valor adicionado líquido</b>			
		<b>777.081</b>	<b>294.335</b>
<b>(+/-) Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras		8.130	-
<b>(=) Valor adicionado total a distribuir</b>			
		<b>785.211</b>	<b>294.335</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
Pessoal: salários e encargos		327.717	159.587
Governo: tributos		130.482	41.174
Terceiros: despesas financeiras		35	-
Acionistas: encargos financeiros		2.193	-
Acionistas: reserva legal		5.664	4.679
Acionistas: JCP		8.653	1.325
Acionistas: dividendos		71.127	16.293
Acionistas: lucro retidos		239.340	71.277
<b>Valor adicionado total distribuído</b>			
		<b>785.211</b>	<b>294.335</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## 5.7 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

### • Contexto Operacional

A NAV Brasil Serviços e Navegação Aérea S.A. (NAV Brasil, ou Companhia), CNPJ 42.736.102/0001-10, é uma empresa pública constituída sob a forma de sociedade por ações, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica, cuja criação foi autorizada ao Poder Executivo pela Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2019.

Nesse sentido, conforme disposto no Decreto nº 10.589, de 24 de dezembro de 2020, foi criada a Companhia em 30 de junho de 2021, pela versão do patrimônio cindido da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero relativo à atividade de navegação aérea e pelo aporte de recursos realizado pela União.



A NAV Brasil tem por objeto implementar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeronáutica destinada à prestação de serviços de navegação aérea que lhe for atribuída pelo Comandante da Aeronáutica.

No desempenho de suas atribuições, tendo em vista a estrutura integrada do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, a NAV Brasil atuará de forma complementar à manutenção da soberania sobre o espaço aéreo brasileiro, de responsabilidade do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, e, por conseguinte, de interesse estratégico para a segurança nacional.

A NAV Brasil deverá assegurar a compatibilidade e a interoperabilidade de equipamentos, materiais e sistemas por ela utilizados na prestação dos serviços de navegação aérea com aqueles empregados pelo Comando da Aeronáutica no Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.

- **Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

- a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

- b) Moeda funcional

O Real é a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, conforme CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

- c) Uso de estimativas e julgamentos:

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas



e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, se o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A Companhia foi constituída em 30 de junho de 2021, por essa razão não contém saldo referente à 30 de junho de 2021 nas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e de valor adicionado apresentadas de forma comparativa.

• **Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

A NAV Brasil classifica os recursos financeiros de caixa e bancos, de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa, cuja finalidade é atender aos compromissos de caixa de curto prazo, tendo as suas conversibilidades imediatas em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Ativos financeiros não derivativos

i. A NAV Brasil classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

ii. A NAV Brasil classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado:

- Caixa e bancos;
- Contas a receber; e
- Depósitos judiciais.

iii. Contas a receber:

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Com objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais, essas contas são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do





método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (*impairment*).

É aplicada a abordagem simplificada, conforme permitido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros, e, por isso, reconhecem-se as perdas esperadas ao longo da vida útil, a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

iv. Mensuração

No reconhecimento inicial, a NAV Brasil mensura um ativo financeiro ao valor justo, acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos das transações incrementais diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

v. *Impairment*

A NAV Brasil avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida mensurados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

c) Passivos financeiros não derivativos

Em relação aos passivos financeiros a NAV Brasil detém em suas operações: dívidas com fornecedores, garantias caucionárias para assegurar o cumprimento dos contratos (manutenção, limpeza, vigilância, dentre outros), a serem devolvidas à medida que os contratos se encerram, dívidas referentes à previdência privada complementar e outras contas a pagar. Esses passivos financeiros são mensurados a custo amortizado.

d) Estoques

Os materiais em almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição ajustados à eventuais perdas, quando aplicável.

e) Impostos, taxas e contribuições

i. Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar é o crédito que constitui moeda de pagamento de tributos da mesma espécie ou não, e estão sendo tecnicamente movimentados de acordo com a legislação vigente aplicada à matéria, sendo que há perspectivas reais de realização.



ii. Impostos a recolher - Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é contribuinte do imposto de renda e a contribuição social com base no Lucro Real, portanto, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflita as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Imposto diferido (ativo e passivo) são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, de acordo com o estabelecido no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

A NAV Brasil, de acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a



30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente, ou na existência de fatos relevantes que modifiquem as premissas adotadas.

f) Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da NAV Brasil, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

g) Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação acumulada calculada pelo método linear de cotas constantes a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens e a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, sendo que os eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativa contábil, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo através de alienação (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Todo o grupo de ativo imobilizado, exceto o imobilizado em andamento, passou pelo teste de "recuperabilidade" (*impairment*).

h) Intangível

O ativo intangível é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização acumulada e a perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável (*impairment*).



Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente, para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

## i) Provisões e Passivos

### i. Provisões para riscos contingenciais

As provisões são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam desembolsados para liquidação/desembolso de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhista e outros. As premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e o grau de risco dos processos são estimadas pela Administração em conjunto com a área jurídica, a partir das evidências disponíveis e da análise na hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, nas decisões mais recentes dos tribunais e no andamento dos processos. No entanto, mudanças nas tendências de decisões proferidas ou nas jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas às provisões para contingências.

Os valores das provisões são atualizados, mensalmente, pelos índices do Poder Judiciário, conforme a natureza do processo.

Os reflexos do reconhecimento das provisões para contingências são demonstrados na nota 10.

### ii. Passivos Contingentes

Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são reconhecidos, contudo, aqueles com grau de risco possível são



evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza, conforme nota 10.

j) Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo previdência privada, assistência médica (Programa Auxílio Saúde – PAS), assistência odontológica, seguro de vida, participação nos resultados, entre outros. O benefício odontológico é oferecido por meio de empresas de prestação de serviços odontológicos, para atendimento a seus empregados, filhos, enteados, menor sob tutela e seu cônjuge ou companheiro(a). O PAS é um auxílio de assistência à saúde de caráter indenizatório, realizado mediante ressarcimento, ofertado a empregados, seus dependentes legais, aposentados, pensionistas, membros da diretoria e contratado(a) para exercício exclusivo de cargo em comissão.

A NAV Brasil é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social – INFRAPREV. Os compromissos atuariais decorrentes das operações da Sociedade de Previdência Complementar são reconhecidos pelo regime de competência e com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente contratado pela patrocinadora. A avaliação atuarial é realizada, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC n.º 33 – Benefícios a Empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação aos planos de pensão de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio, até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se os direitos aos benefícios já tiverem sido adquiridos, os custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo



benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

Ganhos e perdas atuariais são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou, e incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais. São reconhecidos na demonstração do resultado abrangente.

#### k) Reconhecimento de Receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada confiavelmente:

##### i. Receita da prestação de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no preço da transação, isto é, o valor que a entidade espera ter direito em contrapartida da obrigação de performance, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento (ou à medida que) a Companhia satisfaz a obrigação de performance, conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

##### ii. Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pelo método linear, com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

#### l) Demonstrações dos Fluxos de Caixa





Na demonstração do fluxo de caixa, o fluxo de caixa da atividade operacional foi preparado pelo método indireto e está sendo apresentado de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

m) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não mantinha saldos mensurados em moeda estrangeira, sendo que as transações realizadas foram liquidadas no decorrer do exercício.

n) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

i. Julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, é necessário utilizar julgamentos para contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. Os itens onde a prática de julgamento pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e provisões para passivos trabalhistas e tributários. A aplicação de julgamentos resulta em valores estimados na contabilização das provisões necessárias para realização dos ativos, passivos contingentes, determinações de provisão para o imposto de renda e outros similares. Assim, os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas estimativas. Ambos, são constantemente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

ii. Estimativas e premissas contábeis significativas



Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

o) Apuração do Resultado

O resultado do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento.

p) Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante

Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores calculáveis e de realização, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. A classificação do curto e longo prazo obedece aos artigos 179 e 180 da Leis n.º 6.404/76, alterados pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

q) Recursos da União recebidos em transação não formalizada

Conforme nota explicativa número 22, a Companhia recebeu bens relacionados à prestação de serviços de navegação aérea da Infraero e do Comando da Aeronáutica.

Os elementos ativos e passivos relacionados à prestação de serviços de navegação aérea foram vertidos para a NAV Brasil, consoante demarcação



legal (art.3º da Lei nº 13.903/2019), densificada no Protocolo de Cisão. Nesse ponto só foram contabilizados os recursos aplicados na Companhia por meio da integralização de seu capital social.

Ocorre que a Infraero fazia uso de bens da União relacionados à atividade de navegação aérea, sem que a NAV Brasil tenha ciência do exato alcance da documentação que formaliza e especifica os direitos e obrigações entre aquelas partes. Por conseguinte, a Infraero não reconhecia esses recursos em seu patrimônio, mas os monitorava em contas de compensação, cuja contabilização em contas de compensação foi mantida na NAV Brasil. Além dos recursos e bens recebidos da Infraero que são de propriedade do COMAER, o Edifício Sede da NAV Brasil não foi incluído no Protocolo de Cisão e não está contabilizado nem mesmo em contas de compensação.

Quando da cisão parcial da Infraero e constituição da NAV Brasil, por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, eles foram transferidos pela Infraero e pelo COMAER à NAV Brasil, em uma transação não formalizada.

Entretanto, é competência exclusiva do COMAER especificar as regras, direitos e obrigações e demais condições da transação, não dispondo a NAV Brasil de ingerência sobre elas. Nesse sentido, recorreremos ao teor da lei de criação da Companhia, Lei nº 13.903/2019, art. 5º e 7º, respectivamente nos seus parágrafos §1.

Fato é que ainda não foi consubstanciado o ajuste (art. 7º, §1º, da Lei 13.903/2019), entre a NAV Brasil e a União, em relação aos bens em voga, carecendo de elementos mínimos para seu reconhecimento e mensuração contábil, como a essência da classificação das transferências dos bens.

Apesar de sua atuação limitada no tocante à solução, a NAV Brasil tem atuado intensamente com o COMAER (dada a competência estipulada em norma), com vistas a se especificar os direitos e obrigações das partes no que tange aos recursos em questão, e eliminar as dúvidas porventura existentes.

Uma vez as partes tenham especificado tais direitos e obrigações, configurando um novo fato, a administração da NAV Brasil avaliará se tais recursos atendem à definição de ativo e demais requisitos para seu reconhecimento e, a depender de sua classificação, definirá a política contábil adequada à mensuração, apresentação e divulgação, bem como, avaliará se



algum passivo deverá ser reconhecido. Enquanto isso, a Companhia os monitora em contas de compensação, conforme divulgado na Nota 21.

- **Novas normas, alterações e interpretações contábeis**

Não identificamos normas IFRS (*Internacional Financial Reporting Standards*) ou interpretações IFRIC (*International Financial Reporting Interpretations Committee*) que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- **Caixa e equivalente de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	50	7
Bancos	9.663	21.426
Aplicação financeira	134.012	-
<b>Total</b>	<b><u>143.725</u></b>	<b><u>21.433</u></b>

Uma das prioridades da gestão financeira da NAV Brasil foi o controle eficiente do fluxo de caixa, tendo em vista a necessidade de adequação à Sistemática de Remuneração dos Serviços de Navegação Aérea Prestados pela NAV Brasil, estabelecidas na ICA 12-35/2021, do Comando da Aeronáutica, que estabelece um lapso de tempo considerável entre o faturamento e o efetivo repasse dos recursos.

Desse modo, o maior destaque relacionado aos recebimentos deveu-se aos repasses realizados pelo Comando da Aeronáutica, viabilizados pelo DECEA.

A variação ocorrida em Caixa, foi devido à concessão de 52 Fundos Fixos de Caixa.

A variação em Aplicação financeira, decorre dos montantes aplicados em fundos de renda fixa extramercado compostos por títulos públicos que fazem parte da carteira teórica de índice IFRM-1 (LTN e NTN-F), cuja aplicação da NAV Brasil no 4º trimestre do ano de 2022 foi de R\$ 134.012.

Por ser Empresa Pública, a Companhia realiza as aplicações por intermédio do Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal S/A conforme estabelece a Resolução nº 4.986 de 17/02/2022 do Banco Central do Brasil, nos Fundos de Investimentos a Curto Prazo Extramercado, salientando que o investimento foi realizado no Banco do Brasil.



O Fundo de aplicação do extramercado destina-se a receber aplicações das disponibilidades resultantes de receitas próprias das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, bem como das fundações supervisionadas pela União.

## 5.8 Contas a receber

O saldo de contas a receber registrado em 31 de dezembro de 2022, está composto da seguinte forma:

### Composição do Contas a Receber

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Comunicação Aux. Nav. Aérea e Comerciais	451.186	184.027
(-) Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	(92.999)	-
<b>Total</b>	<b><u>358.187</u></b>	<b><u>184.027</u></b>
Circulante	358.187	184.027
<b>Total</b>	<b><u>358.187</u></b>	<b><u>184.027</u></b>

O Contas a Receber é composto pela arrecadação das Receitas das Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios de Navegação Aérea em Rota – TAN, Receitas das Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios de Navegação Aérea de Controle de Aeródromo – TAT ADR, Receitas das Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios de Navegação Aérea de Controle de Aproximação – TAT APP e Receitas Comerciais (Atendimento Extraordinário à Aeronaves, Telecomunicações Aeronáuticas, Receitas Bancárias entre outras).

A principal arrecadação referente a receita da NAV Brasil é a de Auxílios de Navegação Aérea (TAN e TAT) a qual é de competência do DECEA, o gerenciamento, a coordenação e controle do processo de coleta e armazenamento de dados dos movimentos de aeronaves no espaço aéreo brasileiro, bem como de faturamento e cobrança dos preços devidos pela utilização dos serviços, instalações, auxílios e facilidades, conforme previsto na Portaria DECEA nº 328/ATAN3, de 12 de julho de 2022, capítulo V, art. 50.

Em função do lapso de tempo considerável entre o faturamento e o efetivo repasse dos recursos, para que a NAV Brasil honrasse com os seus compromissos no início da sua criação, o DECEA antecipou recursos além dos efetivos arrecadados, conforme previsto no item 7, da ICA 12-35/2021.



Por este motivo a variação constante no 4º trimestre de 2022, porém a partir de maio de 2022 o DECEA repassa apenas a arrecadação efetiva, não havendo mais necessidade de antecipação dos recursos.

A composição do Contas a Receber até o 4º trimestre de 2022 foi por meio dos faturamentos das Tarifas Aeronáuticas e Receitas Comerciais, principalmente, das competências de novembro e dezembro/2022.

Para o registro da Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) de 2022, o critério utilizado foram os valores a receber com vencimentos acima de 120 dias. Assim, o valor provisionado em PECLD, para dezembro de 2022 foi de R\$ 92.999. Esse critério foi adotado em função da NAV Brasil não ter um histórico abrangente desses recebimentos e devido a sua criação ter ocorrido em 30 de junho de 2021, perfazendo um período de 1 ano e meio até 31 de dezembro de 2022. O saldo por idade de vencimento (*Aging List*) em 31.12.2022 é apresentado da seguinte maneira:

<b>Aging List</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>A Vencer:</b>	109.627
<b>Vencidas:</b>	-
entre 01 a 30 dias	98.593
entre 31 a 60 dias	82.541
entre 61 a 90 dias	52.633
entre 91 a 120 dias	14.793
acima de 121 dias	92.999
<b>Saldo Contas a Receber</b>	<b>451.186</b>
(-) Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	(92.999)
<b>Saldo Contas a Receber Líquido</b>	<b>358.187</b>

## 5.9 Estoques

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Materiais auxiliares e de manutenção	13.005	13.079
Perda estimada	(4.728)	(5.976)
<b>Total</b>	<b>8.277</b>	<b>7.103</b>

Os estoques são apresentados deduzidos de perdas para ajuste ao seu valor realizável líquido. Para estimativa do valor registrado na perda foi considerado a obsolescência dos estoques, ou seja, a não utilização dos materiais em intervalos de tempos diferenciados conforme o tipo de estoque avaliado.





Após conclusão dos trabalhos de inventário físico, ainda foram identificados itens inservíveis para ajuste da perda estimada dos estoques.

## 5.10 Impostos, taxas e contribuições

### a) Tributos a recuperar

O saldo de Impostos a Recuperar no montante de R\$ 74, compreende créditos tributários de curto prazo recuperáveis, provenientes de créditos de PIS e COFINS.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS e COFINS	74	74
<b>Total</b>	<b><u>74</u></b>	<b><u>74</u></b>

### b) Tributos a recolher

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS e COFINS	10.397	8.019
INSS s/ terceiros	89	40
Impostos a recolher (retenção) - Lei 9.430/96	494	99
ISS a recolher	351	76
IRRF	15	6
IRPJ	17.875	13.616
CSLL	6.469	4.908
<b>Total</b>	<b><u>35.690</u></b>	<b><u>26.764</u></b>

## 5.11 Despesas Antecipadas

As despesas são pagas antecipadamente e apropriadas de acordo com o regime de competência. O grupo contempla os contratos de responsabilidade civil e operacional e as licenças de uso de software da Microsoft, conforme a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Seguros RC e RO	1.682	1.914
Licenças de software	451	-
<b>Total</b>	<b><u>2.133</u></b>	<b><u>1.914</u></b>



## 5.12 Imobilizado e Intangível

### a) Composição imobilizado

	31/12/2022	31/12/2021
Custo histórico	124.468	126.678
Depreciação	(62.975)	(57.833)
<b>Total</b>	<b>61.493</b>	<b>68.845</b>

### b) Movimentação imobilizado

	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixa	Transf	Saldo em 31/12/2022
<b>Custo</b>						
Edificações e Benfeitorias		69	32	-	-	101
Instalações, Maquinas e Equip		116.132	24	(2.291)	137	114.002
Móveis e Utensílios		6.400	627	(314)	5	6.718
Veículos		3.931	-	(288)	-	3.643
Outros		146	-	-	(142)	4
<b>Total</b>		<b>126.678</b>	<b>683</b>	<b>(2.893)</b>	<b>-</b>	<b>124.468</b>
<b>Depreciação acumulada</b>						
Edificações e Benfeitorias	4% e 10% a.a.	(66)	-	-	-	(66)
Instalações, Maquinas e Equip	10% e 5% a.a.	(49.244)	(7.008)	1.685	(125)	(54.692)
Móveis e Utensílios	10% a.a.	(4.773)	(336)	274	-	(4.835)
Veículos	25% a.a.	(3.625)	(17)	260	-	(3.382)
Outros		(125)	-	-	125	-
<b>Total</b>		<b>(57.833)</b>	<b>(7.361)</b>	<b>2.219</b>	<b>-</b>	<b>(62.975)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>68.845</b>	<b>(6.678)</b>	<b>(674)</b>	<b>-</b>	<b>61.493</b>

Conforme notas explicativas número 3q e 22, a NAV Brasil recebeu bens da Infraero e do COMAER em transação ainda não formalizada, parcialmente contabilizada em contas de compensação.

### c) Composição intangível

	31/12/2022	31/12/2021
Custo histórico	5.995	5.974
Amortizações	(5.535)	(5.317)
<b>Total</b>	<b>460</b>	<b>657</b>



#### d) Movimentação intangível

	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixa	Transf	Saldo em 31/12/2022
<b>Custo</b>						
Licença de uso de software		5.974	24	(3)	-	5.995
<b>Total</b>		<b>5.974</b>	<b>24</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>5.995</b>
<b>Amortização acumulada</b>						
Licença de uso de software	20% a.a.	(5.317)	(221)	3	-	(5.535)
<b>Total</b>		<b>(5.317)</b>	<b>(221)</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>(5.535)</b>
<b>Intangível líquido</b>		<b>657</b>	<b>(197)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>460</b>

### 5.13 Provisão para demandas judiciais

A NAV Brasil é parte em processos judiciais de natureza cível e trabalhista em decorrência da cisão parcial da Infraero operada exclusivamente quanto à prestação de serviços de navegação aérea, nos termos previstos na Lei nº 13.903, de 19 de novembro de 2019 e no Protocolo e Justificação de Cisão Parcial, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Infraero, registrada na JUCIS-DF sob o nº 1707574, em 09/07/2021, bem como em novas demandas propostas após a constituição da NAV Brasil, aprovada na Assembleia Geral de Constituição da NAV Brasil, registrada na JUCERJA sob o nº 3330033925-6 em 15/07/2021.

Dentre os processos judiciais (cíveis e trabalhistas) relacionados no Anexo V do Protocolo de Cisão Parcial, ressalva-se que (i) ainda não houve a efetiva inclusão da NAV Brasil no polo passivo de todas as demandas, seja em sucessão ou em conjunto com a Infraero, bem como (ii) diversos processos já foram encerrados e/ou arquivados.

Além dos processos relacionados no referido Anexo V do Protocolo de Cisão Parcial, a NAV Brasil foi citada e incluída no polo passivo ou como terceira interessada em processos judiciais trabalhistas por se tratar de demandas de empregados transferidos para a Estatal, por sucessão trabalhista.

Diante das considerações acima, a NAV Brasil é parte ou virá a ser incluída no polo passivo de ações judiciais (cíveis e trabalhistas). O monitoramento dos processos em que a NAV Brasil já é parte é conduzido pela Assessoria Jurídica interna da Companhia.

A Companhia avalia suas contingências tendo por base a expectativa de perda, segundo o grau de risco de cada ação judicial. A classificação de risco e indicação de valores estimados para fins de provisionamento ou apontamento contábil são elaboradas com base em análise da Assessoria Jurídica e melhor julgamento da Administração, no Ato Normativo nº SEDE-ANO-2020/00011, de 03/06/2020, da Infraero, aplicável à NAV Brasil



por sucessão do acervo técnico, bibliográfico, documental nos termos do art. 3º da Lei nº 13.903/2019. Consideram-se, portanto, os seguintes níveis de risco:

**Provável:** Quando há risco alto de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é superior à chance de não ocorrência, cuja probabilidade de perda (taxa de risco) esteja classificada de acordo com o manual de classificação e avaliação de risco de ações judiciais da NAV Brasil, como risco alto ou praticamente certo.

**Possível:** Quando há risco intermediário de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é menor que no nível provável e maior que no nível remoto; a qual a administração classifica como risco médio.

**Remoto:** Quando há risco baixo de perda processual, ou seja, a chance de ocorrência da perda é pequena. Em conformidade ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as contingências classificadas como remotas, não são provisionadas e nem divulgadas em nota explicativa.

Com base em informações do jurídico e critérios acima, a Administração efetuou a análise dos processos pendentes e, com base nas experiências anteriores e no acervo transferido da Infraero na forma da referida lei referentes às quantias reivindicadas, sugeriu o provisionamento das demandas avaliadas como de provável risco de perda e a indicação de valores para demandas avaliadas como de possível risco de perda em montante julgado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, quando já possível a indicação do valor efetivamente perseguido pela parte ou, quando o valor econômico não puder ser aferido ou possuir grande complexidade de apuração, foi indicado como valor para fins de provisionamento o valor da causa.

Assim, tem-se que a NAV Brasil é ou será parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- a) **Ações Trabalhistas:** existem pedidos diversificados formulados por empregados transferidos à NAV Brasil, pleiteando: incorporação de gratificação pelo exercício de função de confiança por mais de 10 anos ou incorporação de gratificação por progressão especial, enquadramento como radio telefonista e pagamento de horas extras e adicional noturno, briefing operacional, adicional de periculosidade, suspensão do contrato de trabalho, nulidade de sindicância, indenização por danos morais. Sobre os temas acima, é relevante observar que as decisões têm sido diversificadas nas Varas



do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.

- b) Ações Cíveis: existem pedidos diversificados formulados, envolvendo concurso público, transferência funcional e tarifas de navegação aérea.

### 5.13.1 Processos judiciais provisionados

Considerando a relação total de processos judiciais (trabalhistas e cíveis) transferidos para a NAV Brasil na cisão parcial da Infraero, conforme relação indicada no Anexo V do Protocolo de Cisão Parcial, aí incluídas as demandas cuja Companhia já é parte (processos novos e processos originalmente propostos em face da Infraero), assim como as que, dispostos no citado anexo do Protocolo, a NAV Brasil não foi incluída no polo passivo, os valores das ações classificadas com risco de perda provável foram provisionados nos termos anteriormente indicados e estão demonstrados no quadro a seguir:

	Processos prováveis	
	31/12/2022	31/12/2021
Processos trabalhistas	4.460	5.910
Processos cíveis	-	2
<b>Total</b>	<b>4.460</b>	<b>5.912</b>

A seguir, demonstramos a movimentação das contingências prováveis ocorridas durante o período:

Movimentação das ações prováveis	31/12/2021	Adições	Reversão	Pagamento	31/12/2022
Processos trabalhistas	5.910	4.440	(5.764)	(126)	4.460
Processos cíveis	2	-	(2)	-	-
<b>Total</b>	<b>5.912</b>	<b>4.440</b>	<b>(5.766)</b>	<b>(126)</b>	<b>4.460</b>

### 5.13.2 Processos judiciais não provisionados

Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade possuía ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, para as quais não foi constituída provisão, totalizando R\$ 2.823, conforme demonstrado no quadro a seguir:



	Processos possíveis	
	31/12/2022	31/12/2021
Processos trabalhistas	2.823	2.245
Processos cíveis	-	5.481
<b>Total</b>	<b>2.823</b>	<b>7.726</b>

### 5.13.3 Depósitos recursais e judiciais

Correlacionados às contingências, existem depósitos judiciais. Em 31/12/2022, os depósitos judiciais mantidos pela Companhia representam R\$ 1.401, conforme apresentados a seguir:

	31/12/2021	Novos depósitos	Saque - terceiros	31/12/2022
Depósitos judiciais trabalhistas	1.563	585	(747)	1.401
<b>Total</b>	<b>1.563</b>	<b>585</b>	<b>(747)</b>	<b>1.401</b>

### 5.14 Fornecedores e outras obrigações

O saldo de R\$ 10.704, em 31/12/2022, representa as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com vencimento, geralmente, no mês seguinte. A Companhia não se financia por meio de transações “*forfait*”, “*confirming*”, “*reverse factoring*”, “*payables finance*”, “*supplier finance program obligations*”, “risco sacado” ou outros mecanismos de financiamento a fornecedores.

Destaque-se que os fornecedores, contratados por meio de processos de licitação, se referem ao fornecimento de materiais e serviços relacionados à atividade operacional da Companhia.

### 5.15 Encargos Trabalhistas

Encargos Trabalhistas		
	31/12/2022	31/12/2021
Encargos sobre férias	8.644	9.804
RCT a apropriar	54	-
Ordenados, salários e férias a pagar	24.196	28.712
FGTS a Recolher	2.012	2.068
INSS a Recolher	6.107	6.202
IRRF s/ folha de pagamento	5.539	5.270
<b>Total</b>	<b>46.552</b>	<b>52.056</b>



Os valores registrados no grupo de contas de encargos trabalhistas referem-se a saldos devidos por ordenados e salários, férias e encargos incidentes sobre a folha de pagamento de pessoal. Tais valores são provisionados conforme a competência dos fatos ocorridos e baixados posteriormente, sendo liquidados.

### 5.16 Recursos a Pagar

Os Recursos a pagar estão constituídos pelos seguintes valores:

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Comando da aeronáutica	115	11
<b>Total</b>	<b>115</b>	<b>11</b>

Comando da Aeronáutica – recursos relativos, principalmente, à arrecadação de taxas de ocupação cobradas de empregados da NAV Brasil sobre imóveis de propriedade da União, sob a responsabilidade e guarda da NAV Brasil, mediante transações não formalizadas conforme nota explicativa 22.

### 5.17 Outras Obrigações

<b>Obrigações - Circulante</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Consignações a recolher	1.196	1.114
Pensões judiciais a pagar	186	187
<b>Total Circulante</b>	<b>1.382</b>	<b>1.301</b>

### 5.18 Patrimônio Líquido

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Capital social	51.714	51.714
Reserva Legal	10.343	4.679
Reserva Retenção de Lucros	310.618	71.277
Ajuste de avaliação patrimonial	(36.249)	(27.460)
<b>Total</b>	<b>336.426</b>	<b>100.210</b>

#### a) Composição Acionária do Capital Social

Na Assembleia Geral de Constituição, de 30/06/2021, foi autorizada a capitalização dos recursos recebidos da União, nos termos do Decreto n.º 10.589/2020, no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) e pela versão do patrimônio cindido da Empresa Brasileira de Infraestrutura





Aeroportuária – Infraero relativo à atividade de navegação aérea, no valor de R\$ 26.713.780,59 (vinte e seis milhões, setecentos e treze mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos).

Constituindo o Capital Social de R\$ 51.713.780,59 (cinquenta e um milhões, setecentos e treze mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos), subscrito e integralizado, representado por 195.106 (cento e noventa e cinco mil e cento e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da União.

**b) Reserva de retenção de lucros**

Após a constituição da reserva legal e a proposição de dividendos mínimos obrigatórios, a Companhia destina o saldo dos lucros acumulados à constituição da reserva de retenção de lucros com o propósito de retenção de recursos na Companhia para subsidiar e atender aos projetos de investimento e custeio aprovados no Conselho de Administração que, alinhados aos planos de negócios da Companhia, contribuem para o aperfeiçoamento da prestação de serviços de navegação aérea.

**c) Ajuste de avaliação patrimonial**

O ajuste de avaliação patrimonial registra as contrapartidas de transações que afetarão valores de ativos e passivos em relação ao valor justo. Na Companhia, os valores registrados nessa rubrica, representam os ganhos e perdas atuariais (registrados em Outros Resultados Abrangentes – ORA) com o plano de assistência à saúde e de previdência privada dos empregados e aposentados, sobre o qual foram calculados tributos diferidos IRPJ e CSLL, respectivamente com alíquotas de 25% e 9%, conforme detalhado no quadro a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV	27.517	27.786
Programa Auxílio Saúde – PAS	27.406	13.820
Tributos Diferidos	(18.674)	(14.146)
<b>Total Ajuste de avaliação patrimonial</b>	<b><u>36.249</u></b>	<b><u>27.460</u></b>

**d) Destinação do Resultado**

Conforme Art.193 da Lei nº 6.404/1976, a Reserva Legal é de 5% sobre o Lucro Líquido do Exercício.



De acordo com o Estatuto Social, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício. Dessa forma, a proposta de R\$ 79.780 mil de dividendos e JCP, referente ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2022, está em conformidade com o Art. 140, inciso III do Estatuto Social pois representa 25% do Lucro Líquido do Exercício Ajustado.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Saldo anterior reserva de retenção de lucros</b>	<b>71.277</b>	<b>-</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>324.784</b>	<b>93.574</b>
Reserva Legal	5.664	4.679
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>319.120</b>	<b>88.895</b>
<b>Destinações:</b>		
<b>Dividendos e JCP</b>	<b>79.780</b>	<b>17.618</b>
JCP	8.653	1.325
Dividendos	71.127	16.293
<b>Aumento de Capital Social 1</b>	<b>218.807</b>	<b>-</b>
<b>Saldo final da reserva de retenção de lucros</b>	<b><u>91.810</u></b>	<b><u>71.277</u></b>

(1) Valores a serem deliberados na Assembleia.

#### e) Composição da reserva legal

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Saldo anterior reserva legal</b>	<b>4.679</b>	<b>-</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>324.784</b>	<b>93.574</b>
Reserva Legal	5.664	4.679
<b>Saldo final da reserva legal</b>	<b><u>10.343</u></b>	<b><u>4.679</u></b>

#### f) Composição das reservas de lucros

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Reserva Legal	10.343	4.679
Reserva de retenção de lucros	91.810	71.277
<b>Total reservas de lucros 1</b>	<b><u>102.153</u></b>	<b><u>75.956</u></b>

(1) Após deliberação sobre aumento de capital na Assembleia.

### 5.19 Receita operacional líquida

As receitas, com exceção dos ganhos de capital e de algumas receitas financeiras, estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, pelo regime de competência. Esses



tributos são apresentados como deduções da receita bruta. Os débitos decorrentes das outras receitas operacionais e créditos decorrentes das outras despesas operacionais estão apresentados na demonstração do resultado.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Receita Bruta</b>	<b>1.129.245</b>	<b>428.029</b>
Comerciais	1.388	598
Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	1.127.857	427.431
<b>Deduções</b>	<b>(102.477)</b>	<b>(38.845)</b>
PIS	(18.280)	(6.929)
COFINS	(84.197)	(31.916)
<b>Receita Líquida</b>	<b><u>1.026.768</u></b>	<b><u>389.184</u></b>

## 5.20 Despesas por natureza

Os custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas são compostos pelos seguintes grupos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Custo dos serviços prestados</b>		
Pessoal	53.288	10
Encargos diretos com pessoal	35.809	2.531
Encargos indiretos com pessoal	19.323	6.312
Serviços contratados e locações	12.144	8.562
Utilidades - serviços públicos	3.557	3.340
Depreciação e amortização	7.789	1.939
Outros custos	8.269	5.596
<b>Total</b>	<b><u>140.179</u></b>	<b><u>28.290</u></b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Pessoal	130.754	87.544
Encargos diretos com pessoal	78.007	58.613
Encargos indiretos com pessoal	40.938	26.194
Serviços Contratados e Locações	35.157	2.442
Utilidades - Serviços Públicos	827	299
Outras Despesas	22.147	4.327
PECLD	93.039	-
Provisão para contingências	2.213	1.424
Benefício pós emprego	(13.673)	39.306
Outras provisões	(11.363)	(2.503)
Depreciações e Amortizações	(207)	2.353
<b>Total</b>	<b><u>377.839</u></b>	<b><u>219.999</u></b>



O resultado reflete as principais rubricas de custos e despesas, ressaltando a rubrica de pessoal que teve reflexo nos salários em janeiro de 2022, devido ao aumento de 4,5% em função do acordo coletivo; a rubrica de encargos diretos com maiores realizações em férias, INSS, FGTS, 13º salário e encargos sobre 13º salário e na rubrica de encargos indiretos com maiores realizações em PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, PAS – Programa de Auxílio Saúde e Infraprev. Em agosto de 2022 a NAV Brasil promoveu por antiguidade 605 funcionários, refletindo em um aumento da folha de 1%.

## 5.21 Benefícios a empregados

### 5.21.1 Plano de Previdência Complementar

Em julho de 2021, a NAV Brasil tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social INFRAPREV, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social.

A Companhia reconhece o valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, relacionado aos Planos de Benefício Definido e Contribuição Variável. Os valores de pagamentos das contribuições futuras que beneficiarão a Companhia (valor contabilizado na rubrica Benefício Pós-Emprego) representam o valor estimado das reduções.

Este valor depende de uma série de variáveis e premissas relativas à taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

Os recursos que o Instituto dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de sua patrocinadora, participantes, assistidos e autofinanciados e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

O INFRAPREV possui três planos de previdência: dois de Benefício Definido e um de Contribuição Variável (Plano CV), o qual detém o maior número de participantes. A NAV Brasil participa apenas no Plano de Contribuição Variável que está aberto à entrada de novos participantes.



Planos	Benefícios	Classificação	Vigência
Plano CV	Aposentadoria e Pensão	Contribuição Definida *	Aberto

Trata-se de um plano híbrido, pois possui riscos atuariais para o serviço passado, de participantes que migraram dos planos de benefício definido.

a) Perfil de Participantes dos planos:

Planos	31/12/2022			31/12/2021		
	Ativos *	Assistidos **	Total	Ativos *	Assistidos **	Total
Plano CV	1.244	19	1.263	1.275	0	1.275

\* Compõem os Ativos, os participantes auto patrocinados, Benefício Proporcional Diferido (BPD) e os pensionistas.

\*\* Os Assistidos correspondem aos aposentados e participantes em auxílio-doença.

A NAV Brasil contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Avaliação Atuarial dos benefícios pós-emprego oferecidos aos seus empregados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC n.º 33. A contratada realizou avaliação atuarial para a contabilização em balanço dos benefícios pós-emprego oferecidos. Dessa forma, as avaliações atuariais são elaboradas anualmente, por atuário externo, e as informações constantes, a seguir, referem-se àquelas efetuadas na data base de 31 de dezembro de 2022.

b) Premissas atuariais e econômicas:

Hipóteses	CV
Crescimento real dos salários	0,00% a.a.
Crescimento real dos benefícios	0,00% a.a.
Taxa de juros de desconto atuarial anual - nominal	9,50% a.a.
Taxa de juros de desconto atuarial anual - real	6,05% a.a.
Método atuarial de financiamento	Crédito unitário projetado
Regime financeiro	Capitalização
Expectativa de inflação	3,25% a.a. obtida a partir da mediana da taxa projetada pelo BACEN para o IPCA em 2018
Tábua de rotatividade (Turnover)	InfraprevCV2019
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M&F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M&F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	AT-49 M
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas

c) Composição Familiar - Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável:

- Benefícios a Conceder: para a definição do número de beneficiários, foi considerada a composição familiar média com as características recomendadas no “Estudo Técnico para Fundamentação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação Atuarial de 31/12/2022”, disponibilizado pelo INFRAPREV.



- ✓ Percentual de Casados: 80%.
- ✓ Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge: 4 anos.
- ✓ Filho temporário até os 24 anos.

- Benefícios Concedidos (aposentadorias e pensões): foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pelo INFRAPREV.

d) Taxa de Desconto Atuarial Real

A taxa de desconto atuarial real, compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com vencimento em 15/08/2035, com *duration* aproximada a dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes e assistidos da NAV Brasil no plano são as seguintes:

	<u>Duration (anos)</u>	<u>Taxa de desconto</u>
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável	13,93	6,05%

As hipóteses foram adotadas em consonância com os estudos de adequação de hipóteses elaborados pela entidade de previdência complementar responsável pela gestão do plano de benefícios, exceto em relação à hipótese de taxa de juros, a qual foi definida tomando-se por base a NTN-B com vencimento próximo à *duration* do passivo, a qual foi calculada usando-se a metodologia definida na Instrução nº 33, de 23/10/2020, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

e) Valor Justo dos Ativos do Plano

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos</u>	<u>Plano CV</u>	<u>Plano CV</u>
Valor justo dos ativos no início do período	37.574	-
Receita de juros	3.285	-
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano	(11.805)	36.894
Contribuições do patrocinador	634	340
Contribuições dos participantes	634	340
Benefícios pagos pelo plano	(3.299)	-
Ativos (adquiridos)/transferidos de outros planos por transação	-	-
(=) Valor justo dos ativos do plano no final do período	27.023	37.574





f) Apuração do Passivo (Ativo) atuarial a ser reconhecido no Balanço:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Apuração do Passivo (Ativo) atuarial a ser reconhecido no Balanço</b>	<b>Plano CV</b>	<b>Plano CV</b>
<b>1. Ativo Líquido de Cobertura do Plano</b>		
1.1. Valor Justo dos Ativos do Plano	27.203	37.574
<b>2. Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos</b>		
2.1. Obrigações atuariais apuradas na avaliação	(13.948)	(9.053)
2.2. Nível de cobertura, se (déficit) ou superávit (1.1.+2.1.)	13.255	28.521
<b>3. Status do fundo e (Passivo)/Ativo reconhecido</b>		
<b>Status do Plano de Benefícios</b>		
Valor presente da obrigação atuarial	(13.948)	(9.053)
(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial	-	-
(=) Valor presente da Obrigação Atuarial Líquida	(13.948)	(9.053)
Valor justo dos ativos do plano	27.203	37.574
(=) Status do plano de benefícios (déficit/superávit)	13.255	28.521
Efeito do teto do ativo	(13.255)	(28.521)
<b>Responsabilidade Ativo (Passivo) líquido decorrente da obrigação do plano</b>		
(Passivo)/Ativo reconhecido no início do período	-	-
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	-	-
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(270)	(34.785)
Valor reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	270	34.785
(=) (Passivo)/Ativo reconhecido no final do período	-	-
<b>Apuração do efeito do teto do limite do ativo</b>		
Valor presente dos benefícios econômicos (teto)*	-	-
Efeito da restrição sobre o ativo (Superávit - Teto)	13.255	28.521

\* O cálculo do benefício econômico disponível, de que trata o item 65 do CPC 33 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido, considera o valor presente dos fluxos dos benefícios econômicos considerando a taxa de juros de desconto conforme item 83 do referido CPC.

No Plano CV existem recursos integralizados suficientes para garantir o pagamento dos compromissos dos planos, não tendo obrigação atuarial a ser provisionada pela Companhia.

### 5.21.2 Programa Auxílio Saúde – PAS

A NAV Brasil oferece o Programa de Auxílio Saúde (PAS) de caráter indenizatório, conforme estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2021/2023, e, como tal, limita o valor da obrigação da patrocinadora aos valores mensais, por faixa etária.





### a) Premissas atuariais e econômicas:

Premissas	31/12/2022
Método atuarial de financiamento	Crédito unitário projetado
Regime financeiro	Capitalização
Expectativa de inflação	3,26% a.a. obtida a partir da mediana da taxa projetada pelo BACEN para o IPCA em 2021
Taxa de juros de desconto atuarial anual - nominal	9,50% a.a.
Taxa de juros de desconto atuarial anual - real	6,05% a.a.
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M&F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M&F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	AT-49 M
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicável
Taxa de rotatividade (Turnover)	0,99% a.a.
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)*	Não aplicável
Composição familiar para custo de pensão (participantes/aposentados)	Foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pela empresa com os titulares e dependentes no plano, sendo que, conforme disposto no regulamento, somente os titulares e seus cônjuges tem direito a permanecer no plano após a aposentadoria

\* A HCCTR (Health Care Cost Trend Rate) representa a expectativa de inflação médica anual nominal de longo prazo como, por exemplo, quanto os custos médico-hospitalares irão aumentar no longo prazo, independentemente do envelhecimento da população e da inflação.

### b) Análise de Permanência no Plano de Saúde

A análise de permanência visa projetar quais empregados irão permanecer no Plano de Saúde após o desligamento da Companhia. Considera-se que 100% dos participantes ativos que se aposentarem permanecerão no Plano de Saúde com o seu cônjuge, observadas as regras definidas no regulamento do plano.

### c) Composição familiar

Para o Plano de Saúde, foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados da NAV Brasil, com os titulares e dependentes no plano, sendo que, conforme disposto no regulamento, somente os titulares e seus cônjuges têm direito a permanecer no plano após a aposentadoria.

A movimentação das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo no início do exercício</b>	(80.911)	-
Custo do serviço corrente	(3.033)	(3.349)
Custo de juros	-	-
Serviço passado - ganhos/(perdas) de alterações/reduções	-	(80.911)
Ganhos/(perdas) atuariais	(13.587)	(13.820)
Benefícios pagos	16.976	17.169
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(80.555)</b>	<b>(80.911)</b>



## 5.22 Partes Relacionadas

### 5.22.1 Plano de Previdência Privada Patrocinado

Conforme nota explicativa 19, o Instituto Infraero de Seguridade Social INFRAPREV é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social.

### 5.22.2 Remuneração da administração

As remunerações dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da NAV Brasil estão em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia. A remuneração dos membros da diretoria executiva foram as seguintes, em R\$:

Diretoria	2022	2021
Maior Remuneração:	28.371	28.371
Remuneração Média:	25.199	26.250
Menor Remuneração:	18.914	25.190

A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para os mesmos períodos foi fixada em R\$ 2.843,73.

Em 30/06/2021, a Assembleia Geral de Constituição aprovou no Estatuto Social da NAV Brasil a criação do Comitê de Auditoria Estatutário – COAUD, em atendimento a Lei n.º 13.303/16, sendo um órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento permanente ao Conselho de Administração. A remuneração mensal dos membros do COAUD foi fixada em R\$ 5.687,47.

### 5.22.3 Recursos da União recebidos em transação não formalizada

Conforme nota explicativa 22, a Companhia mantém o montante de R\$ 27.348 (R\$ 32.038 em 31.12.2021) que se referem a bens recebidos da União (acionista majoritário) em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências e contabilizados em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras.



#### 5.22.4 Transações com a Infraero

A NAV Brasil mantém transações com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, empresa pública sob controle comum (União), referente a prestação de serviços e reembolso de algumas despesas. Essas transações estão previstas na Lei de criação da NAV Brasil (Lei 13.903/2019):

*"Art. 19. A Infraero poderá prestar apoio técnico e administrativo à NAV Brasil, nos termos estabelecidos em contrato.*

*§ 1º A autorização de que trata o caput deste artigo terá validade pelo prazo de 2 (dois) anos, contado da data de constituição da NAV Brasil.*

*§ 2º A prestação de apoio técnico e administrativo prevista neste artigo será remunerada de modo a suportar exclusivamente os custos envolvidos."*

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos dessas transações foram os seguintes: Ativo R\$ 0; Passivo R\$ 4.506; e Despesa R\$ 29.486.

#### 5.22.5 Transações com o Comando da Aeronáutica

Conforme nota explicativa 06, o COMAER, por intermédio do DECEA, é responsável pelo faturamento e cobrança dos preços devidos pela utilização dos serviços, instalações, auxílios e facilidades destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea disponibilizados pela NAV Brasil no âmbito do SISCEAB e remunerados pelas Tarifas de Navegação Aérea, bem como pelo repasse de tais receitas a esta Companhia, conforme o disposto na Portaria DECEA nº 328/ATAN3, 12/07/2022, publicada no Diário Oficial da União (Seção I) nº 135, de 19/07/2022, que dispõe sobre a sistemática para a cobrança dos preços referentes às Tarifas de Navegação Aérea, tendo em vista o disposto na Lei nº 6.009, de 26/12/1973, que trata, entre outros assuntos, sobre a utilização e a exploração das facilidades à navegação aérea.

Conforme nota explicativa 14, a NAV Brasil mantém registrado o montante de R\$115 relativo à arrecadação de taxas de ocupação cobradas de empregados da Companhia sobre imóveis de propriedade da União, que serão repassados ao COMAER.

#### 5.23 Informações por segmentos operacionais

A Administração baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas



demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são regularmente revistas pela administração para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “navegação aérea” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

#### 5.24 Recursos da União recebidos em transações não formalizada

A Companhia monitora os bens da União, recebidos em transação não formalizada, que são mantidos nas suas dependências em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações financeiras. Por se tratar de recursos relacionados à atividade de navegação aérea, esses bens foram fisicamente transferidos à Companhia quando de sua constituição e cisão parcial da Infraero.

Por inexistir termo de transação entre a União e a Companhia, que estabeleça a extensão dos direitos e obrigações das partes e, assim, permitir identificar todos os fatos, circunstâncias e demais condições relativas à substância econômica da transação, inclusive a atribuição de valor econômico aos bens e mecanismos de indenização em caso da substituição/retirada desses bens, a NAV Brasil não registra tais bens em seu patrimônio.

O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens móveis e imóveis da União, utilizando as premissas anteriormente adotadas pela Infraero:

	Taxa de Depreciação	Adições/Exclusões	31/12/2022		31/12/2021	
			Baixas	Transferências	Valor Líquido	Valor Líquido
Bens Móveis da União	10% a 20% a.a.	-	(87)	(693)	31.058	31.838
Imóveis e Benfeitorias da União	4% a.a.	-	(3.952)	693	43.495	46.754
Custo		-	(4.039)	-	74.553	78.592
Depreciações/Amort. Acumuladas		(4.032)	3.381	-	(47.205)	(46.554)
<b>Total</b>		<b>(4.032)</b>	<b>(658)</b>	<b>-</b>	<b>27.348</b>	<b>32.038</b>

Além dos recursos recebidos da Infraero, apresentados na tabela acima, a NAV Brasil recebeu diretamente do COMAER o direito de uso do edifício onde funciona a sede da Companhia, mediante cessão também ainda não formalizada.

Em decorrência da ausência de formalização, a NAV Brasil está impossibilitada de estimar a extensão dos direitos e obrigações associados a tais recursos e assim, não é possível mensurar seu valor nem determinar a contrapartida do eventual reconhecimento desses ativos que estão sendo mantidos em contas de compensação.



A NAV Brasil realizou o inventário físico desses ativos e concluiu o levantamento em dezembro/2022, cujos eventuais ajustes contábeis deverão estar concluídos até o primeiro semestre de 2023, em razão da necessidade de concluir os procedimentos de conciliação entre a posição física e a contábil (cotejamento físico contábil). Além disso, a NAV Brasil vem buscando desde o início de 2022, junto ao COMAER, a formalização do direito de uso desses ativos. Contudo, ainda não é possível estimar data para concluir esse processo de formalização.

## 5.25 Remuneração dos empregados

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções de confiança, relativas a dezembro de 2022 e de 2021 foram as seguintes, em R\$:

<b>Empregados</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Maior Remuneração:	37.546	35.929
Remuneração Média:	8.948	8.786
Menor Remuneração:	2.585	2.374

## 5.26 Impostos diretos, corrente e diferido

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

O Imposto de Renda e da Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base no Lucro Real com alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente R\$ 20 mil mês, e 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

### b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Imposto diferido (ativo e passivo) são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, de acordo com o estabelecido no CPC nº 32.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de



resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

<b>Contribuição Social</b>	<b>31/12/2022</b>
Resultado antes da Provisão para a CSLL	514.920
<u>Adições</u>	<u>123.703</u>
Permanentes	2.588
Temporárias	121.114
<u>Exclusões</u>	<u>63.444</u>
Permanentes	8.653
Temporárias	54.791
<b>Base de Cálculo da Contribuição Social</b>	<b>575.179</b>
Contribuição Social Devida (9%)	51.766
(-) Deduções	45.297
<b>Saldo a Recolher CSLL</b>	<b>6.469</b>

<b>Imposto de Renda</b>	<b>31/12/2022</b>
Resultado depois da Contribuição Social	463.154
<u>Adições</u>	<u>175.469</u>
Permanentes	54.355
Temporárias	121.114
<u>Exclusões</u>	<u>63.444</u>
Permanentes	8.653
Temporárias	54.791
<b>Prejuízo/Lucro Real</b>	<b>575.179</b>
IRPJ Devido a 15%	86.277
(-) Prorrogação Licença Maternidade	186
(-) Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT	2.059
Adicional do Imposto de Renda (10%)	57.494
IR retido s/ Aplicação Financeira	1.411
IR Pago - Balancete de Suspensão/Redução	122.239
<b>Saldo a Recolher IRPJ</b>	<b>17.875</b>



<b>Impostos Diferidos</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>IRPJ 25%</b>	<b>CSLL (9%)</b>
DEVEDORES DUVIDOSOS - CONSTITUIÇÃO SOCIETÁRIA	92.999	23.250	8.370
INDEN. TRABALHISTAS - CONSTITUIÇÃO	4.440	1.110	400
DESPEAS COM PERDAS ESTIMADAS NO ESTOQUE	61	15	6
DESPEA DE BENEFÍCIO PÓS EMPREGO	270	68	24
PROVISÃO SERV. PRESTADO	22.980	5.745	2.068
DEPRECIÇÃO	363	91	33
INDEN. TRABALHISTAS - REVERSÃO	(5.780)	(1.445)	(520)
INDEN. CÍVEIS - REVERSÃO	(2)	(0)	(0)
DESPEAS COM PERDAS ESTIMADAS NO ESTOQUE	(1.309)	(327)	(118)
DESPEA DE BENEFÍCIO PÓS EMPREGO	(13.943)	(3.486)	(1.255)
REVERSÃO SERV. PRESTADO	(33.096)	(8.274)	(2.979)
DEPRECIÇÃO	(661)	(165)	(60)
TOTAL DE DIFERIDOS SOBRE DIF. TEMPORÁRIAS	66.324	16.581	5.969
TOTAL DE DIFERIDOS SOBRE VARIAÇÃO PATRIMONIAL	54.922	13.731	4.943
<b>ATIVO FISCAL DIFERIDO</b>			<b>41.224</b>

## 5.27 Outras receitas

São receitas relativas aos credenciamentos bancários que se referem ao processamento da folha de pagamento, dentre outras.

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Credenciamento bancário de folha de pagamento	899	98
Outras	60	50
<b>Total</b>	<b>959</b>	<b>148</b>

## 5.28 Resultado Financeiro

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>8.130</b>	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	7.746	-
Encargos sobre faturas em atraso	384	-
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(2.228)</b>	-
Atualização monetária	(2.193)	-
IOF sobre aplicação financeira	(35)	-
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>5.902</b>	-

O valor relacionado ao rendimento sobre aplicações financeiras é reflexo dos montantes aplicados e da taxa de rentabilidade.





As despesas com atualização monetária são referentes a encargos financeiros decorrentes da aplicação da taxa SELIC sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio não pagos registrados no exercício de 2021 e reconhecidas em conformidade com o Decreto 2.673/98.

## 6 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Manifestou-se a Auditoria Independente contratada pela NAV Brasil, empresa Bazzaneze Auditores Independentes S/S, em seu Relatório, datado de 21/03/2023:

*“Examinamos as demonstrações financeiras da NAV BRASIL – SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as principais políticas contábeis.*

*Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e da NAV BRASIL – SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.”*

## 7 MANIFESTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, por meio da Ata da 22ª Reunião Ordinária, realizada em 20/03/2023, face às evidências de atendimento das condicionantes expostas pelos Conselheiros de Administração e pelos Conselheiros Fiscais, deliberou por aprovar, por unanimidade, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31/12/2021, a serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral.

Na 4ª Reunião Extraordinária, realizada também em 20/03/2023, o Colegiado decidiu, por unanimidade, aprovar, sem ressalvas, a proposta de Distribuição do Resultado do Exercício 2022, com os montantes envolvidos atualizados, para a destinação do resultado da empresa relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2022; e a Complementação de dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2021, para serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral.



## 8 PARECER DO CONSELHO FISCAL

Manifestou-se o Conselho Fiscal, no Parecer de 21/03/2023:

*“(...) os documentos apresentados refletem adequadamente, em todo os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionista da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A a ser realizada em 25 de abril de 2023.”* (Sem grifo no original)

## 9 ASSEMBELIA GERAL ORDINÁRIA

Em 25 de abril de 2023, o representante legalmente constituído pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, manifestou-se na 2ª Assembleia Geral Ordinária e na 2ª Assembleia Geral Extraordinária, e apresentou o voto da União:



BRASIL

### DESPACHO

**Processo nº 10951.100264/2023-71**

**Interessado: NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. – NAV**

**Assunto: Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária.**

Com base nos Pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e Nota Técnica da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, autorizo o representante da União, nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da **NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. – NAV**, a se realizarem no dia 25 de abril de 2023, a ~~25~~ ~~04~~ ~~2023~~

- a) **pela aprovação da proposta de destinação do resultado do exercício de 2021**, qual seja, (=) Lucro Líquido do Exercício de R\$ 93.574.449,90 (noventa e três milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e noventa centavos); (-) Reserva Legal (5%) de -R\$ 4.678.722,50 (quatro milhões, seiscentos e setenta e oito mil, setecentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos); ficando o (=) Lucro Líquido Ajustado (LLA) de R\$ 88.895.727,41 (oitenta e oito milhões, oitocentos e noventa e cinco mil,



setecentos e vinte e sete reais e quarenta e um centavos); (-) Dividendos propostos (25% da LLA) de -R\$ 22.223.931,83 (vinte e dois milhões, duzentos e vinte e três mil, novecentos e trinta e um reais e oitenta e três centavos); (-) Constituição de reserva de retenção de lucros de -R\$ 66.671.795,57 (sessenta e seis milhões, seiscentos e setenta e um mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e sete centavos); (=) com Saldo final à disposição de R\$ 0,00 (zero real).

- b) pela aprovação das Demonstrações Financeiras e Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício findo em 31/12/2022**, com as seguintes recomendações da STN: a) registrar nas Notas Explicativas e no Relatório da Administração as informações a respeito de eventuais obrigações ou responsabilidades assumidas, por orientação da União, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos operacionais específicos, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. Ou pelo menos, a aplicabilidade da norma no contexto de atuação da Empresa; b) necessidade de se aprimorar o Relatório Anual da Administração com sugestão de registros mais completos sobre os seguintes aspectos: perspectivas e planos para exercícios futuros (perspectivas de longo prazo, estratégias e indicadores); e desempenho econômico e financeiro (informações orçamentárias); c) necessidade de inserir em Notas Explicativas informações acerca de variações significativas e com grande impacto nas contas do exercício, a exemplo de Benefício pós emprego.
- c) Pela aprovação da proposta de destinação do resultado do exercício de 2022**, qual seja, Lucro Líquido de R\$ 190.207.193,00 (cento e noventa milhões, duzentos e sete mil, cento e noventa e três reais), conforme segue: Lucro Líquido do Exercício de R\$ 324.784 mil (trezentos e vinte e quatro milhões, setecentos e oitenta e quatro mil reais); (-) Reserva legal (a) de -R\$ 5.664 mil (cinco milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil reais); ficando o Lucro líquido ajustado (LLA) de R\$ 319.120 mil (trezentos e dezenove milhões, cento e vinte mil reais); (-) Remuneração ao acionista (b) no valor de -R\$ 79.780 mil (setenta e nove milhões, setecentos e oitenta mil reais); Dividendos no valor de -R\$ 71.127 mil (setenta e um milhões, cento e vinte e sete mil reais); Juros sobre o capital próprio de -R\$ 8.653 mil (oito milhões, seiscentos e cinquenta e três mil reais); Valor a destinar para reservas e outros de R\$ 239.340 mil (duzentos e trinta e nove milhões, trezentos e quarenta mil reais); (-) Reserva de retenção de



lucro -R\$ 239.340 mil (duzentos e trinta e nove milhões, trezentos e quarenta mil reais); permanecendo Saldo a destinar de R\$ 0,00 (zero real);

d) **pelo aumento do capital social**, sem a emissão de novas ações, que era de R\$ 51.714 mil (cinquenta e um milhões, setecentos e quatorze mil reais) e passa a ser de R\$ 270.520 mil (duzentos e setenta milhões, quinhentos e vinte mil reais), com a incorporação de reservas de retenção de lucro dos exercícios de 2021, qual seja, R\$ 20.534 mil (vinte milhões, quinhentos e trinta e quatro mil reais), e exercício de 2022, consistente em R\$ 198.272 mil (cento e noventa e oito milhões, duzentos e setenta e dois mil reais), totalizando R\$ 218.806 mil (duzentos e dezoito milhões, oitocentos e seis mil reais), sem alteração da quantidade de ações, com a correspondente **alteração do art. 9º do Estatuto da NAV Brasil**, como decorrência do aumento deliberado na AGE, para que nele conste a nova expressão monetária do capital social, conforme redação adiante: "Art. 9º O capital social da NAV Brasil é de R\$ 270.520.476,91 (duzentos e setenta milhões, quinhentos e vinte mil, quatrocentos e setenta e seis reais e noventa e um centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 195.106 (cento e noventa e cinco mil, cento e seis) ações ordinárias, sem valor nominal."

